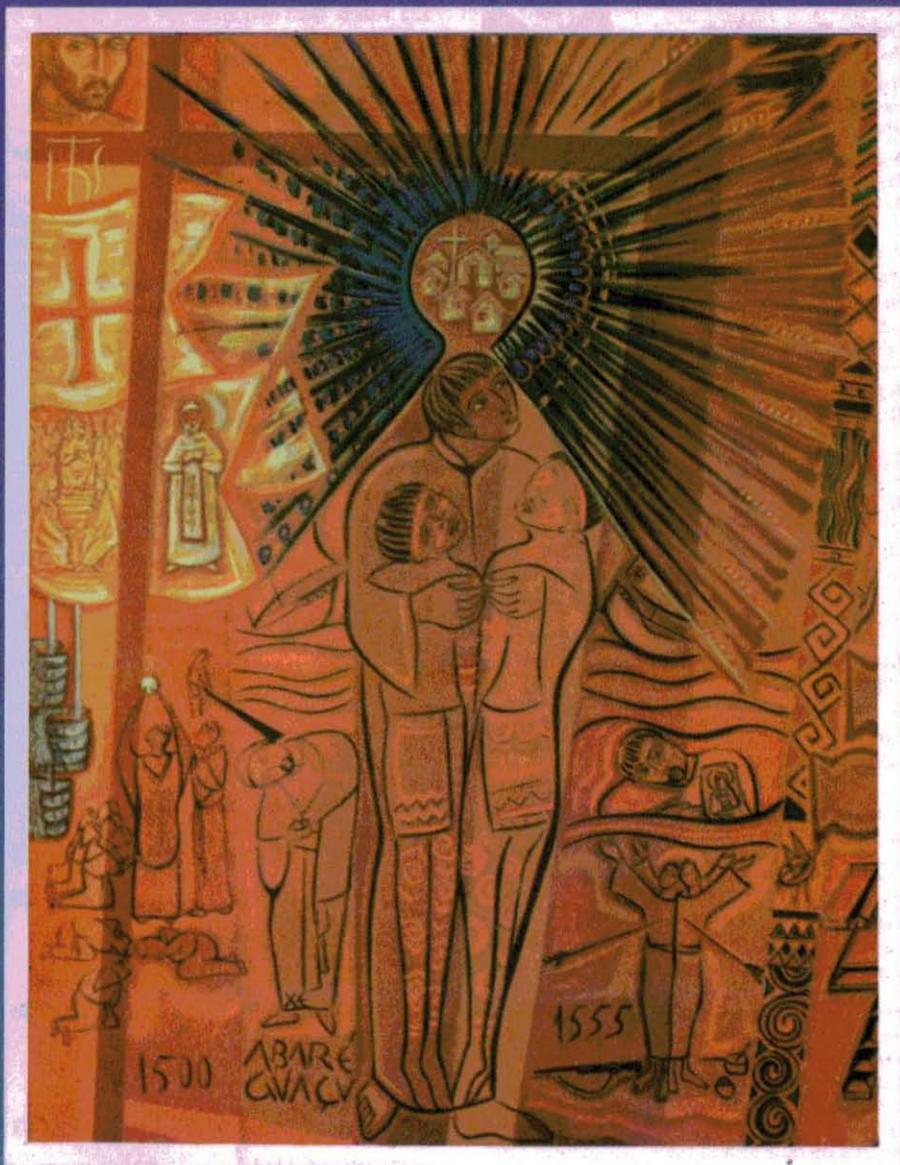


convergência

JULAGO — 1991 — ANO XXVI — Nº 244



- **PE. RODOLFO LUNKENBEIN: UMA VIDA PELOS ÍNDIOS DE MATO GROSSO** — Pe. Gonçalo Ochoa, SDB — Página 338
- **ALÉM DA CONJUNTURA: A MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA** — Pe. Francisco Ivern, SJ — página 353



Diretor-Responsável:
Pe. Edênio Valle, SVD

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB
(Reg. 12.679/78)

Equipe de Programação:
Pe. Ático Fassini, MS
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, CF
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 - 4º / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299 / 20031 RIO DE JANEIRO - RJ.

Assinaturas para 1991

Brasil, taxa única:	
terrestre ou aérea.....	Cr\$ 4.600,00
Exterior: marítima.....	US\$ 38,00
aérea.....	US\$ 48,00
Número avulso.....	Cr\$ 460,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Dr. Odilon Benévolo, 189 - Benfica - 20911 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM - Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202 - São Cristóvão - 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda.; Rua Frei Luís, 100 - Centro - 25685 Petróbrás, RJ.

Nossa Capa

Detalhe do mural de Claudio Pastro 500 Anos de Evangelização do Brasil, em Vila Kostka, Itaici, SP. Eis como o descreve o Pe. J. Ramón F. de la Cigoña em seu livro 'Arte em Itaici': "No século XVI a figura-destaque é a do Pe. José de Anchieta (chega ao Brasil em 1553 e morre em 1597), abraçando, fraternalmente, a dois índios: Tibiricá e Caiubí, batizados pelos primeiros jesuítas. A Evangelização autêntica acolhe o diverso. Anchieta abraça os dois índios como abraçando todo o Brasil. A glorificação de Anchieta, simbolizada pelo cocar indígena e um aldeamento (fundação de São Paulo), é a causa do índio. Três belos pássaros "guarás" são lembrados, pois a tradição diz que eles, com suas asas, faziam sombra ao grande missionário, quan-

do este caminhava pelas praias sob um sol escaldante. Embaixo aparece a Primeira Missa no Brasil com os franciscanos à sombra da grande cruz. Aliás, a Cruz é outro símbolo fundamental retomado pelo artista diversas vezes. Não esqueçamos que o Brasil é a "Terra de Santa Cruz". Perto aparece a figura do primeiro bispo do Brasil (diocese de Salvador) dom Pero Fernandes Sardinha, o "Xe Abaré Guaçú", que, em tupi, quer dizer "eu pai grande", isto é, bispo. O seu mandato foi muito curto. Pedido pelo Pe. Nóbrega ao Rei dom João III de Portugal, logo implicou com os métodos catequéticos dos jesuítas por serem muito adaptados à realidade concreta do índio. Ele achava que a catequese tinha de ser mais "européia". Quando voltava para Portugal sua nave naufragou e chegando à praia os índios o mataram com uma foice francesa e, depois, o devoraram. Na data de 1555 surgem os primeiros mártires do Brasil, dois irmãos jesuítas, Pero Corrêa, grande senhor e antigo escravagista de índios (convertido depois de ouvir um dos sermões do pobre Leonardo Nunes) e João de Souza, cozinheiro, que foram flechados. Acima aparece o mártir do Beato Inácio de Azevedo, segurando seu quadro da Virgem Maria, quando foi afogado no mar com mais 39 companheiros jesuítas em 1570, pelos huguenotes (calvinistas)".

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA D. Luciano Mendes de Almeida, SJ	321
INFORME DA CRB	323
PE. RODOLFO LUNKENBEIN: UMA VIDA PELOS ÍNDIOS DE MATO GROSSO Pe. Gonçalo Ochoa, SDB.....	338
ALÉM DA CONJUNTURA: A MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA Pe. Francisco Ivern, SJ	353
AUTOBIOGRAFIA E OS ESTILOS BÍBLICOS Pe. Victoriário Baquero, SJ.....	373
REDEMPTORIS MISSIO Pe. Egdio Viganó, SDB	380

A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA

Este é o título da mensagem da 1.^a Assembléia Nacional dos Organismos do Povo de Deus. **Vida e Esperança.** Num total de 258 pessoas, reuniram-se em Itaici, de 1 a 4 de junho, como família de Deus, os representantes das várias vocações da Igreja Católica no Brasil. O encontro, há muito desejado, expressou, a comunhão e participação do povo de Deus. Teve sua origem na CNBB, através de longa preparação, com reuniões mensais dos presidentes das principais agremiações de vida e serviço na Igreja.

Vieram a Itaici para assumir e aprofundar o objetivo geral da Ação Pastoral aprovado na 29.^a Assembléia Nacional dos Bispos e contribuir na elaboração das diretrizes gerais para a Igreja no Brasil, durante o próximo quadriênio. A Comissão de Bispos, após a votação realizada em abril, pela CNBB, ficou responsável pela redação final que levará, agora, em conta as propostas e sugestões feitas na última semana pelos representantes dos organismos do povo de Deus. Esse enorme esforço de cooperação foi coroado com a vivência dos dias em Itaici, marcados pelas celebrações da fé, pela reflexão conjunta em grupos e plenários e, sobretudo, pelo clima de fraternidade e en-

tusiasmo. O ponto de convergência foi a alegria de assumir o lema e o objetivo geral, que hão de animar a ação pastoral destes próximos anos e expressam a responsabilidade comum na missão de toda a Igreja: **evangelizar.**

No anseio de compartilhar o fruto do encontro, escreveram uma mensagem às irmãs e irmãos das comunidades, pastorais e movimentos eclesiais, sublinhando quatro pontos mais importantes: 1) a hora atual é de grandes desafios, mas é momento de graça e presença do Senhor que exige, na palavra de João Paulo II, "renovado ardor missionário". Isso significa a busca e experiência de Deus mais profunda e sede de sua palavra. Leva-nos a ouvir o clamor de tantos oprimidos e nos compromete sempre mais na construção de uma sociedade justa e fraterna e sem discriminação. Renova as comunidades, cada um de nós e toda a Igreja, procurando novos métodos e expressões que atendam às situações atuais. 2) A evangélica opção pelos pobres é reassumida na íntegra em continuidade com o Concílio Vaticano II, os documentos de Medellín e Puebla e as recentes encíclicas de João Paulo II. 3) A diversidade das culturas requer no

processo de evangelização o esforço para respeitá-las, acolhendo valores que nela se encontram e oferecer a contribuição própria da mensagem de Jesus Cristo, com especial atenção às culturas marginalizadas e oprimidas. 4) Finalmente, diante das ameaças contra a vida e da injusta distribuição de bens é necessário proclamar Jesus Cristo, que nos liberta do pecado e da morte, dá-nos vida nova e alimenta a esperança.

A experiência de intensa comunhão fraterna foi para todos como diz a mensagem final: "Uma nova semente plantada no chão da Igreja". O sopro do Espírito Santo fez arder o nosso coração de amor por Jesus Cristo e nos deu muita coragem para anunciar o Evangelho. Vimos e experimentamos esse "sonho bom" acontecer.

D. Luciano Mendes de Almeida, SJ

Para que serve a missão?

A missão renova a Igreja. Revigora sua fé e sua identidade. Dá-lhe novo entusiasmo e novas motivações. É dando a fé que ela se fortalece, *Redemptoris Missio*, nº 2.

Missão: tarefa desproporcional

As dificuldades internas e externas parecem insuperáveis. Poderiam fazer desanimar, se se tratasse de obra puramente humana. O que deve contar é a confiança que provém da fé, a certeza de que não somos nós os protagonistas da missão, mas Jesus Cristo e o seu Espírito. Somos apenas colaboradores, *Redemptoris Missio*, nº 36.

A missão está ainda no começo

É suficiente olhar para a humanidade atual: numa população com mais de 5 bilhões de habitantes, só um terço conhece Jesus Cristo. E destes, só 18% professam-se católicos e entre os católicos nem todos são verdadeiros fiéis. No continente asiático, onde vivem 60% da humanidade, os batizados não chegam a 2%. E, em todos os lugares, cresce mais depressa o número daqueles que não o conhecem do que o número daqueles que o seguem (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

JUNIORATO DA REGIONAL DA CRB DE SALVADOR FAZ REPASSE

Particpei do encontro do juniorato, realizado neste fim de semana com o objetivo de se fazer o repasse do Encontro Nacional. As junioristas que estiveram no Encontro Nacional, me pediram que escrevesse algumas linhas sobre o que mais me marcou na experiência vivida nestes dias. Sinto difícil, colocar em papel, a intensidade de vida, de partilha, de busca, de alegria, de esperança, de desejo de explicitar o NOVO da Vida Religiosa que já está presente e que já vem brotando de tantas maneiras... O Encontro foi de fato um Ponto de Chegada, um Ponto de Partida... Quem esteve lá pode dizer com toda verdade: "Deus esteve conosco"... O Espírito se manifestou de modo tão visível, realizando conosco um "Novo Pentecostes"...

Coloco aqui alguns aspectos que mais me chamaram a atenção:

A seriedade com que o grupo que foi ao Encontro Nacional assumiu o trabalho junto com a equipe de formação, tanto no período de preparação, como de realização.

A maturidade com que encaminhou os assuntos, os trabalhos de grupos, as reflexões, os debates.

A metodologia usada no encontro. Não foi feito apenas um "repasse", mas a vivência de um "processo", fazendo com que todo o grupo fizesse suas descobertas, percebesse seus novos apelos dentro da realidade do Nordeste e Caminhada da Vida Religiosa.

O trabalho em mutirão... Todas deram sua contribuição, construindo o encontro a partir do grupo, com o grupo e para o grupo.

O aspecto celebrativo do encontro, levando-nos a experimentar a Festa, a Gratuidade, a Esperança, a certeza do DEUS-CONOSCO que caminha conosco, fazendo História, abrindo caminhos.

O compromisso de não parar aqui, mas de continuar a caminhada na vivência de algumas linhas de ação, levantadas por todo grupo, firmadas em torno da ESPIRITUALIDADE E DISCERNIMENTO e o aprofundamento da AFETIVIDADE E COMUNIDADE FORMADORA.

Gostei de ver o grupo. Eu me senti enriquecida trabalhando com elas, fazendo a experiência da Irmandade, acreditando que uma FORÇA NOVA está aí. Ela pode nos ajudar na percepção do NOVO que o Espírito nos chama a viver hoje. Senti a riqueza da Força Jovem da Regional de Sal-

vador. Riqueza das Congregações...
Riqueza do Reino.

Muitas pistas foram abertas... Vamos continuar nos unindo assim, para que possamos juntas dizer: "Eu vou fazer, eu vou fazer acontecer. Um Sonho BOM, Sonho de muitas acontecer"...

Salvador, 04 de julho de 1991.

Irmã Teresinha de Barros

Respostas do questionário enviado à equipe do Regional Nordeste III — CRB, que representou o juniorato no seminário nacional em setembro de 1990, Cachoeira do Campo — MG à CRB NACIONAL.

1. Como foi feito o repasse das realidades vividas no Encontro de Cachoeira do Campo?

— na sua Congregação

— na sua Regional ou núcleo

NA CONGREGAÇÃO:

— A maioria a nível de informação do nacional.

— Houve repasse aproveitando o encontro de Congregação para aprofundamento.

— Houve repasse na Congregação a nível, somente, de junioristas.

— Haverá repasse da fita do nacional e relatório na Congregação, na Itália.

NA REGIONAL:

Repassado em três etapas:

1ª etapa: Dois dias em dezembro de 90, com a presença de alguns nú-

cleos, em Salvador; onde aprofundamos os aspectos do VER — nacional. Presentes: 24 Congregações femininas; 50 junioristas; 12 formadores, algumas superiores maiores e a equipe da diretoria — CRB.

2ª etapa: Repasse no núcleo de Aracaju nos dias 26, 27 e 28 de abril de 1991, com a presença dos núcleos de Estância e Propriá; tendo a participação de sete Congregações femininas, num total de 42 junioristas. O encontro foi repassado com a mesma metodologia do nacional.

3ª etapa: Assembléia Regional Bahia/Sergipe. Data: 27/06 a 01/07/91

Local: Taizé — Alagoinhas — BA

Participantes: 140 — 44 Congregações femininas

Junioristas: 128

Formadoras e superiores maiores: 10

Assessora: Ir. Teresinha Barros, P. Gap.

Representante da diretoria da CRB Regional: Ir. Rafaela, Cong. Irmãs Campostrini.

O encontro foi realizado com a mesma metodologia do nacional, confrontando as realidades e conteúdos. Repassamos a fita, onde revivemos juntas as emoções. O mesmo, foi vivenciado, num clima de muita alegria, entrosamento, partilha, compromisso, novo ardor e esperança.

Como fruto do nosso trabalho, foram elaboradas linhas de ação, meios e sugestões, para os diversos núcleos contidos na Regional.

LINHAS DE AÇÃO:

1. Começando por:

— Aprofundar as cinco áreas dentro dos objetivos do juniorato.

— Discernimento e espiritualidade.

— Afetividade e vida comunitária.

— Política, inculturação, inserção, formação e mundo do trabalho.

— Presença masculina.

MEIOS:

— Aproveitar os núcleos e a assembléia Regional do juniorato.

— Através da diretoria da CRB, ENSUMA e grupo de formadores.

SUGESTÕES:

— Apresentar na assembléia Regional da CRB.

— Dioceses.

— CRB.

— Passar estes assuntos para a formação permanente, nas Congregações.

— Junioristas — exigir alguém da Congregação que as acompanhem.

2. Quais têm sido as repercussões do Encontro? (a nível pessoal, de sua Congregação e de sua Regional.)

A NÍVEL PESSOAL:

— Foi um reanimar e despertar para a VR.

— Confirmação dos elementos essenciais da VR e animação de ser religiosa.

— Alegria pelo novo vigor presente na VR, sentindo a força jovem.

— Entusiasmo e participante ativa do novo rosto da VR.

— Momento de rever o essencial da VR e momento de esperança.

— Alimentar o vigor e ver o específico do juniorato e compromisso de acompanhamento.

— Confirmação de toda uma caminhada e despertar que somos responsáveis pelas mudanças da VR.

A NÍVEL DE CONGREGAÇÃO:

— Maior abertura para acolher as sugestões das junioristas.

— Favorecimento do estudo acadêmico.

— Respeito das opções de trabalho alternativo; incentivando as junioristas e apoiando-as.

— Preocupação em priorizar a formação do juniorato.

— Luz para enfrentar os desafios.

A NÍVEL REGIONAL:

— Novo vigor, certeza que a VR vai por aí... com esse novo rosto e compromisso renovado com essa etapa.

— Afirmação do acompanhamento do juniorato, auto-formação e clareza dos objetivos do juniorato.

— Comunhão com os desafios e esperanças.

3. Quais as propostas de trabalho na sua Regional para 1991 (em relação ao juniorato)?

— Dois encontros de um dia em Aracaju, uma assembléia de 4 dias e um retiro em dezembro, Alagoinhas — BA.

4. O que vocês esperam de nós para a continuidade desse processo iniciado bem antes do Encontro Nacional?

— Os cadernos com o conteúdo das áreas do encontro nacional.

— Apoio às nossas iniciativas.

— Incentivar as Congregações a dar continuidade à reflexão iniciada através de encontros e assembléias de religiosos.

RELATÓRIO DO II ENCONTRO DE RELIGIOSOS IRMÃOS DO MARANHÃO

Sessão de Abertura

Às 20:00h, no salão de reunião da casa de praia dos Missionários Combonianos — Olho D'Água, em São Luís, se fez a abertura do II ENCONTRO DE RELIGIOSOS IRMÃOS DO MARANHÃO, organizado pela CRB-Regional. Acolhendo os presentes, a Irmã Rita Oechsler — Presidente Regional dirigiu palavras de saudação. A seguir, passou a palavra ao Irmão Claudino Falchetto, assessor do Encontro, que apresentou a seguinte pauta de horário e trabalho para os dias que seguiriam:

Dia 04.05.1991

Às 08:00h abriam-se as atividades do dia.

I. REALIDADE DO RELIGIOSO IRMÃO: (resultado do primeiro plenário).

1. FINALIDADE DAS CONGREGAÇÕES:

— Formação cristã dos jovens (Maristas e Lassalistas).

— Evangelização da África — Animação Missionária (Combonianos).

— Viver a fraternidade (Capuchinhos e Franciscanos).

— Promover os menores abandonados — manifestar ao mundo a fraternidade de Deus (Pobres Servos).

2. TRAÇOS COMUNS:

— Todas as Congregações surgiram para resolver um problema concreto da época.

— Todas surgiram a serviço dos necessitados.

— Todos os fundadores destacaram-se pela santidade.

— Todos tiveram uma intenção profética.

— Todos testemunharam Jesus Cristo em comunhão com a Igreja, apesar das dificuldades.

3. DESAFIOS:

— Educação da classe dominante x Educação dos mais carentes.

— Pazidade jurídica e efetiva entre Padres e Irmãos nas Congregações clericais.

— Poucas vocações para Irmão — busca de uma promoção vocacional adequada.

— Atualização do Carisma.

— Inculturação.

4. APROFUNDAMENTO DO PLENÁRIO PELO ASSESSOR:

— O Reino de Deus não acontece se os pobres não forem evangelizados.

— O conjunto e a variedade dos Carismas fazem a beleza e a riqueza da Igreja.

— Nós somos depositários do Carisma do fundador e a existência ou não da Congregação não é indiferente.

— Ser fiel é atualizar continuamente o Carisma recebido diante das novas realidades (intuição profética). É saber entender os apelos da realidade, da Igreja e do Espírito.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DA VOCAÇÃO DO RELIGIOSO IRMÃO:

— O Irmão e a Irmã têm a VR no seu estado mais puro, o Sacerdote religioso vive num conflito entre ministério e Vida Religiosa.

— A VR não é laical e nem clerical, existiu desde o início da Igreja com a Instituição dos Diáconos.

— Após Constantino surgem os anacoretas que contestando a nova maneira do cristianismo em massa promovem a "fuga mundi" com o aumento destes surge a vida comunitária com o monacato.

— Em 1200 surgem as fraternidades, mais tarde com os Jesuítas as Ordens de cunho mais evangelizador — o Irmão começa a aparecer como auxiliar do Sacerdote.

A fundamentação teológica é feita pela leitura do Discurso do Papa: "A Função dos Religiosos leigos na missão da Igreja".

Como complementação é sugerida a leitura do artigo: "Identidade da Vocação do Irmão" de autoria do Assessor e do texto: "Identidade da Vida Religiosa laical" do Fr. Michel Sauvage, FSC.

FORMAÇÃO DOS NOVOS IRMÃOS:

— Ao desejarmos formar os irmãos da nossa época é preciso entender a modernidade.

— A mesma caracteriza-se pelo antropocentrismo e traz valores positivos como: pluralismo cultural e religioso, valorização da natureza, etc., e também negativos: hedonismo, consumismo, etc.

— Quando recebemos um jovem dos nossos dias este já traz consigo os valores e males da modernidade.

— o jovem quer autenticidade entre discurso e prática apesar de, às vezes, ele mesmo não ser autêntico;

— desejo de participação e liberdade;

— o jovem está tão acostumado à transitoriedade que não quer assumir nenhum compromisso definitivo;

— não adianta querer que os jovens sejam como nós ou querer ser como os jovens. O choque é inevitável. O importante é encontrar caminhos que nos unam. O fundamento de toda vocação é Jesus Cristo;

— como podemos testemunhar os votos? Um sinal que é preciso longas explicações para ser entendido não é sinal;

— toda ação de Irmão é apostolado porque é um sinal do Reino de Deus.

III. CARACTERÍSTICAS DO IRMÃO RELIGIOSO:

— Ser testemunha, sinal do Reino de Deus.

— Atualizar seu Carisma segundo as necessidades do seu tempo.

— Alguém aberto.

— Saber buscar a vontade de Deus junto com a comunidade.

— Aprender com o povo o que é fé, o que é sofrimento e algumas vezes dar alguma opinião, sugestão (não atropelar o processo mas gerar processo).

— Inserido na realidade do povo, no mundo do trabalho.

— O centro de sua vida deve ser Jesus Cristo e o seu evangelho.

— Ser irmão de todos.

— Um ser de relação: acolhedor, amigo, disponível.

— Homem de oração.

— Comunhão com Deus e profunda ligação com a Igreja.

— Aberto aos sinais dos tempos.

— Apaixonado pela sua vocação.

— Buscar a promoção humana e marcar presença nos movimentos populares.

— Partilhar os valores do Reino.

— Mensageiro — sal — luz — fermento no meio do povo.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES:

— Devemos aprender a escutar os jovens. Eles são muito sensíveis aos problemas.

— É preciso encontrar novas formas, novo método para evangelizar, animados por um novo ardor. É o que a Igreja nos pede com a nova Evangelização.

— Comunidade (cum munus): carregar o peso juntos.

— Existem sinais que o povo capta com facilidade: solidariedade, acolhida.

— O Irmão tem que atualizar-se continuamente seja no que se refere ao Carisma, bem como profissionalmente.

IV. ENCAMINHAMENTOS E PROPOSTAS:

— Enviar o Relatório escrito aos participantes.

— Os participantes assumem o compromisso de transmitir o conteúdo do Encontro aos co-irmãos que não participaram.

— Realizar um encontro anual de Irmãos; o próximo está previsto para 1992, nos dias 1, 2 e 3 de MAIO no mesmo local.

— Marcar presença na Pastoral Vocacional divulgando e promovendo a vocação de Irmão.

— Promover mais a partilha e o conhecimento das atividades que cada um realiza na sua comunidade.

— O tema escolhido para o próximo encontro é: "EXIGÊNCIAS PASTORAIS JUNTO AOS JOVENS".

— Não perder de vista os desafios elencados.

V. AVALIAÇÃO:

O Encontro foi considerado muito rico e valioso, pela diversidade dos Carismas apresentados, pelo conteúdo abordado e pelo trabalho e método adotado pelo Assessor.

Muito bom o clima de simplicidade, abertura e acolhida em especial dos anfitriões Combonianos.

Muito bom o número de participantes.

Muito positiva a presença do início ao fim do Encontro da Presidente da CRB-Regional — Irmã Rita.

SUGESTÃO:

Que o próximo Encontro procure explicitar mais na apresentação o(s) trabalho(s) de cada Irmão presente bem como o Carisma e espírito da sua Congregação.

São Luís, 05 de maio de 1991.

ENCONTRO NACIONAL DE RELIGIOSAS INSERIDAS NO MUNDO DO TRABALHO

Parte final do Relatório do Encontro realizado em junho de 1991 no Rio de Janeiro, RJ.

1. QUAL A MISSÃO DA(O) RELIGIOSA(O) NO MUNDO DO TRABALHO

O conflito que origina os demais conflitos sociais, reside na relação CAPITAL X TRABALHO. As Encíclicas L.E. e C.A. de João Paulo II e o Documento 4º da CNBB reconhecem que as relações sociais resultam da divisão de trabalho na produção e reprodução da vida no sistema capitalista. Estaremos contribuindo para romper com este sistema, na medida em que soubermos trabalhar as contradições do próprio sistema. O antídoto do veneno da picada da cobra está no veneno da própria cobra.

É preciso ter clareza que a luta é da classe trabalhadora.

A questão que se coloca é: qual a nossa contribuição como vida religiosa inserida no Mundo do Trabalho nesta luta, frente aos conflitos, desafios e dificuldades? Sabemos que o encaminhamento dos conflitos compete ao conjunto da classe trabalhadora, conforme sua força, a cada momento.

A Vida Religiosa, pela sua própria dinâmica deve levar a outras formas de participação na luta dos trabalhadores:

— Contribuir no aprofundamento de consciência de classe.

— Participar nos momentos celebrativos das lutas dos trabalhadores.

— Elaborar com os cristãos militantes, subsídios de formação bíblica e sócio-econômico-política.

— Contribuir para que os trabalhadores se apropriem da metodologia

Ver-Julgar-Agir-rever-celebrar e prática teoria, prática.

— Distinguir a atuação nas duas esferas: a política e a religiosa.

— Contribuir no aprofundamento de estratégias de alianças com outras forças políticas.

Assim como a maioria dos trabalhadores, a(o) religiosa(o) assalariada(o) no Mundo do Trabalho, participa ativamente das lutas de sua categoria profissional. Seu envolvimento é uma conseqüência coerente, nem sempre entendido pelo conjunto da Vida Religiosa. É um contra-senso questionar o envolvimento de religiosas(os) na luta sindical da sua categoria profissional quando o mesmo não é feito com as(os) religiosas(os) que presidem entidades sindicais patronais.

A mística do engajamento da vida religiosa no Mundo do Trabalho vem da certeza de que há sinais de libertação nas lutas dos trabalhadores e isso é uma forma de luta pelo Reino.

2. QUAIS SÃO AS SITUAÇÕES, OS CONFLITOS QUE SURGEM NA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO?

Constatamos que há Congregações que já estão voltadas para o Mundo do Trabalho. Outras estão se abrindo para esta Realidade. No entanto, o engajamento traz conflitos a nível pessoal, a nível local, a nível de Congregação e de Hierarquia na Igreja.

a) Conflitos a nível pessoal

Há opções pessoais de engajamento seja de Inserção ou de Serviço no

Mundo do Trabalho (Assessoria à PO, ACO, JOC, CEBs). Porém, muitas vezes, o apoio das Congregações não é explícito. A Religiosa assume praticamente sozinha(o) esta posição. Isto traz conseqüências na espiritualidade. A busca da espiritualidade vai se dar a partir destes grupos e nem sempre da vida da própria Congregação.

b) Conflitos a nível local

Na Comunidade local, ou de Igreja, às vezes, todos se respeitam, mas não se tem condições de dialogar sobre o Mundo do Trabalho.

Conflito entre a Igreja que quer os Religiosos para as tarefas Pastorais e a Visão dos(as) Religiosos(as) que consideram o Mundo do Trabalho como "lugar teológico da experiência de Deus", portanto lugar da Missão Específica, como presença solidária que constrói o Reino. Ai se dá o reconhecimento do Rosto de Deus nos empobrecidos: trabalhadores, desempregados, subempregados, vendedores ambulantes, crianças trabalhadores, mulheres.

c) Conflitos na Congregação e de Hierarquia

Certas estruturas da Vida Religiosa não batem com as exigências do Mundo do trabalho: Assembléias, Retiros, Encontros, Planejamentos... Há dicotomia entre Vida Religiosa e trabalho. Dizemos facilmente que todos(as) nós trabalhamos (professores de colégios, administradores de obras, trabalhadores de fábricas), porém, precisamos distinguir trabalho e a condição do assalariado que inclui a problemática da exploração capitalista. É neste cam-

po de relações que entendemos a inserção no Mundo do trabalho.

Freqüentemente as Dioceses e Congregações contratam pessoal religioso para serviços burocráticos ou para tarefas pastorais. Esta constatação estabelece relações estruturais, como entre patrões e empregados.

Entretanto as autoridades eclesásticas ou Congregacionais esperam e exigem da religiosa contratada, atitudes e relações de obediência e submissão próprias da Vida Religiosa.

Ambigüidade está em se liberar facilmente irmãs para as situações acima expostas, enquanto que, não contamos com esta mesma liberação para inserir-se no Mundo do Trabalho ou a serviço da Animação da Classe Trabalhadora.

Através da nossa Reflexão, percebemos que tal dificuldade provém do modo da luta de classes, e das transformações que ela exige. Conseqüentemente os referenciais não serão mais os da ordem Congregacional, mas as necessidades do Povo Trabalhador. Neste sentido, a Missão, a Vida Comunitária e os Votos passam a ser vistos na urgência da luta pela Vida contra as forças da Morte.

A Vida não brota sozinha. É preciso que a V. Religiosa, na sua dimensão laical, esteja a serviço da Vida.

É um real desafio respeitar as raízes de classe, cultura e experiência de vida e trabalho, na formação dos (das) Vocacionados(as) provindos(as) dos meios populares.

3. PROCESSO EDUCATIVO DA VIDA RELIGIOSA

No decorrer de nossas reflexões sobre a inserção dos religiosos no mundo do trabalho, ocorreu-nos freqüentemente a preocupação pelo processo educativo da vida religiosa.

A Formação: na inserção, no mundo do trabalho. Postulante, noviciado, juniorato permanente.

Essa Formação acontecendo na inserção, e no mundo do Trabalho vai se dando pela re-leitura dos acontecimentos iluminados pela palavra de Deus e que exigirá um maior aprofundamento à medida em que forem passando as etapas.

Não perder a riqueza cultural; não desenraizar. Isso vai fortalecer os jovens a buscar formas de como ajudar o seu povo a se libertar. Neste sentido nos preocupamos de que a pastoral da juventude, os movimentos jovens proporcionem uma prática ligada à realidade do próprio Jovem.

Formação acadêmica, filosófica, etc. seja capacitação qualificada tendo em vista a Libertação — Responder, para quê e para quem essa Formação?

Viver as dimensões da sexualidade e afetividade no processo Dialético — Formação x Ação.

Tentar essa Formação nova com pessoas que foram formadas n'outra linha.

Nova dimensão na Formação Permanente possibilitando um tipo de relacionamento de iguais entre as irmãs com mais tempo de votos e as formandas,

na linha de inserção no mundo do Trabalho.

Formação não só para o mundo do Trabalho mas como agentes de transformação no Mundo do Trabalho; incentivo à participação nos movimentos de lutas sindicais, reivindicatórias.

Ter consciência de classe, para uma tomada de posição.

Formar também no aspecto sócio-político, econômico.

Formação nos conflitos: pessoal, congregacional, igreja, social.

Formação na inserção prepara o jovem formando para enfrentar as dificuldades. Amadurece a pessoa, ao passo que muitos religiosos, religiosas, terminam as etapas de formação e se sentem despreparados para enfrentar as dificuldades, principalmente os trabalhos desafiadores.

Formação na ação — dialética — parte da vivência elaborando uma nova teoria, o que dá ao formando possibilidade de refazer o diálogo: Formando x Formador. O formando ser um agente Transformador de sua Realidade.

4. ESPIRITUALIDADE DA INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

A espiritualidade da vida religiosa inserida no mundo do trabalho é uma vivência profunda do seguimento de Jesus na vida do povo trabalhador empobrecido. É uma vivência até hoje pouco explicitada, pois fala-se geralmente da espiritualidade da vida religiosa a partir dos pobres em seu sentido genérico, e não a partir da inserção de uma

realidade concreta do mundo do trabalho. Trata-se na verdade, de uma nova opção que não consiste simplesmente em entrar na VR, que poderia até mesmo significar uma promoção social, mas em uma participação na vida e no destino dos trabalhadores empobrecidos.

Esta opção traz consigo uma série de mudanças na concepção de mundo, da missão da Igreja, da VR, do Carisma da Congregação, da formação e da própria espiritualidade.

O trabalhador como empobrecido, sujeito da teimosia, da resistência e da luta pela vida, por seus direitos e por novas relações sociais, é o eixo da espiritualidade do religioso que faz a opção ou re-opção pela inserção no mundo do trabalho. Nesta inserção, colocando-se ao lado dos trabalhadores, faz a mesma experiência de ter que ser teimoso na luta pela vida, e que dá para ser teimoso resistindo até o fim porque Deus é fiel. Espiritualidade é, pois, a busca permanente do rosto de Deus nos empobrecidos.

Este referencial traz profundas mudanças na vivência espiritual, porque o religioso e a religiosa inseridos não encontram mais a Deus tanto nos ritos e nas liturgias codificadas, mas antes na contemplação do dia-a-dia da vida do povo, no rosto de Deus que aparece desfigurado e cansado no correr-de-ida e volta do serviço para casa, da casa para o serviço, nas pessoas que se entrecrocaram, que lutam pela vida, que subitamente, como que tomadas pelo Espírito de Deus, são capazes de se contrapor a uma lei ou a

uma ordem da chefia, dizendo: "Deus é mais"; no povo que não tem nada a não ser o grito e a esperança da fé no Deus da Vida.

Mudança também na expressão da espiritualidade no interior da comunidade religiosa, na exigência pela coerência de vida e pela humanização das relações entre os companheiros e companheiras x congregados. A oração, as celebrações ganham novo sentido e só terão mais sentido se forem a celebração da vida, das necessidades, dos conflitos e das esperanças presentes na vida do povo e na nossa.

Não nos escandaliza, embora preocupe, o fato de o referencial da espiritualidade não ser mais tanto os escritos das Congregações, e sim a caminhada do povo. Por outro lado, o próprio engajamento faz com que aprendamos a re-valorizar a VR, encontrando uma nova atualidade aos textos da ordem Congregacional. O povo espera de nós especificamente uma grande contribuição no sentido de fazermos em nossa vida a síntese entre fé e compromisso social, espiritualidade e trabalho, e que os ajudemos na realização da mesma tarefa.

A inserção nos proporciona uma chance apostólica muito grande, tanto pela facilidade de contato e proximidade com os colegas, como pelo de correr os mesmos riscos juntos. Para perceber o rosto de Jesus e os sinais do Reino escondidos no mundo do trabalho é necessário sentir na própria pele o que o povo sente e assim poder compreendê-lo. Somente então vamos percebendo que o rosto da América Latina é bem diferente do que sempre

o imaginamos. Não dá para dar apoio somente com palavras. Não dá para ser solidário sem "pôr a mão no arado". Temos a convicção que a Igreja ainda não é o rosto que queremos mostrar, e que a VR só vai se renovar se a gente apanhar junto com o povo trabalhador. Aprendemos com ele que "se a gente não vai pela fé vai pela dor".

A inserção no mundo do trabalho desafia a abrir-nos à graça, à chance de fazer a experiência de Deus no dia-a-dia. E isso não é só para alguns, com vocação especial; todos, todos somos desafiados a fazê-lo. Não dá para fazer uma opção pelos pobres sem se colocar por inteiro.

Encontramos também muitas dificuldades neste trabalho missionário. A inserção no mundo do trabalho não tem nada de poético ou romântico. É dureza e exige uma mística profunda para suportar a rotina e superar os momentos de desânimo. Nos faz sofrer muito quando não encontramos compreensão e apoio nos colegas da própria Congregação. Igualmente é duro ouvir as condenações e os preconceitos contra os trabalhadores quando fazem greves, acusando-os de violência e desrespeito ao patrimônio e para com a população, quando não se denuncia a violência e o desrespeito graves que os trabalhadores sofrem na exploração do seu trabalho, destruindo seu grande patrimônio que é a sua vida. Violência que não é visível e que mata gerações.

Mais duro e desalentador se torna a inserção quando a caminhada do povo emperra ou quando nos encontramos no meio do fogo cruzado: as bandeiras de luta esvaziadas e as lideranças co-

optadas pelas políticas dominantes. Ajudar a organizar uma estratégia para manter a caminhada do povo faz parte da busca de viver uma espiritualidade inserida. Quanto mais forte o conflito, mais forte também é a experiência espiritual que faz redescobrir a espiritualidade do servo de Javé, do próprio Jesus. As bem-aventuranças por Ele anunciadas não são palavras de consolo, mas gritos de guerra para construir a vida.

A inserção no mundo do trabalho faz sentir na pele as conseqüências da realidade conflitiva do trabalho. Sofremos a tensão entre o deixar-se acomodar, reproduzindo em nós a alienação do trabalho, e a contínua luta em transformar as relações de trabalho em condições mais dignas e humanas. Constatamos com alegria o quanto esta inserção ajuda a desenvolver em nós o lado humano da sensibilidade para a dor e a alegria, para a crítica e a compreensão. Faz também compreender que não dá para ser religioso sem partilhar a vida e os problemas do povo.

O que nos dá satisfação, alegria e ardor missionário é poder integrar as raízes culturais da família e da Congregação, sentir-se contribuindo no trabalho de construir o projeto do Pai e de estar com a classe trabalhadora na busca de sua libertação. A coerência é o grande critério de avaliação das relações dos homens e das mulheres. O que faço e como me relaciono enquanto falo. Não basta o ser testemunho individual, mas o fazer juntos, atingindo as marcas negativas do autoritarismo e do machismo.

A SOLUÇÃO DA CLAR ENCAMINHADA

Traduzimos a correspondência oficial que chegou à CRB, noticiando a nomeação da nova Presidência da CLAR.

I. Carta de **Dom Francisco Xavier Erázuriz**, Secretário da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada, dirigida ao Presidente Nacional da CRB, com data de 31 de maio de 1991.

“Estimado Presidente,

Seguindo o disposto pelo Santo Padre a respeito da CLAR e após à celebração da XI Assembléa Geral da mesma, a Santa Sé nomeou a nova Presidência da Confederação, como poderá tomar conhecimento pelo comunicado em anexo.

Ao concluir esta etapa de discernimento e estudo, queremos agradecer ao senhor e aos demais participantes da mencionada Assembléa pela ativa e responsável colaboração mostrada durante aquela, em especial no momento de iniciar os possíveis candidatos para os distintos cargos da Presidência. Desejamos, igualmente, demonstrar nossa mais viva gratidão a todos os que nos ajudaram e nos acompanharam com suas orações, sugestões e generosa ajuda, nesta fase de reflexão, para alcançar os objetivos propostos.

Felicitemos cordialmente a estes cinco Religiosos e Religiosas escolhidos, agradecendo a disponibilidade por eles demonstrada ao assumirem estas responsabilidades. Ao mesmo tempo, queremos pedir fraternalmente a todos os membros das 25 Conferências Nacio-

nais da A.L. sua ativa colaboração com os novos dirigentes da CLAR e com o Delegado Pontifício, para que a nova etapa seja acompanhada de abundantes frutos de comunhão, cooperação e serviços eclesiais, em benefício da Vida Religiosa e dos povos latino-americanos.

Rogando-lhe o favor de fazer chegar estas comunicações a todos os Religiosos de sua Conferência, seu em Cristo.

Francisco Xavier Errázuriz,
Secretário

II. Comunicado da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada (Prot. n.SpR 818/90).

O Santo Padre, por decreto de 25 de maio de 1991, nomeou Presidente da Confederação Latino-americana de Religiosos (CLAR) o Revdo. Pe. Benito Blanco Martinez, Superior Provincial da Companhia de Jesus em São Domingos.

Em virtude das faculdades outorgadas pelo Santo Padre e depois de considerar as proposições feitas na Assembleia Geral da CLAR, no México, a Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica nomeou as seguintes pessoas:

— Irmã Elza Ribeiro, Prov. Gap. (Brasil): 1ª Vice-Presidente.

— Irmão Arturo Chavez, F.S.M. (México): 2ª Vice-Presidente.

— P. Júlio Navarro, A.A. (Chile): 3ª Vice-Presidente.

— Irmã Josefina Castillo, A.C.J. (Colômbia): Secretária Geral.

Estas nomeações refletem as quatro razões nas quais trabalha a CLAR, de maneira a conceder a cada uma adequada representação. São elas: a região do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai); a região dos países bolivianos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru); a região do México e América Central (México, América Central e Panamá) e a região do Caribe e Venezuela (Cuba, Haiti, Porto Rico, República Dominicana e Antilhas).

Com estas indicações favorece-se uma colaboração mais fácil com o Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), tanto com, seu Presidente, S. Emcia. Dom Nicolau de Jesus López, quanto com o Presidente do Departamento para a Vida Consagrada (DEVICOM), Sua Excia. Dom Francisco José Arnaiz, ambos residentes em São Domingos, da mesma maneira que o novo Presidente da CLAR.

O Santo Padre, na mesma carta de 25 do corrente mês, à esta Congregação, conclui expressando a todos os membros da Presidência ferventes desejos para um eficaz trabalho a serviço dos Religiosos e Religiosas da A. L. e a todos eles concede sua bênção apostólica.

Esta Congregação se associa aos sentimentos do Sumo Pontífice e lhes assegura igualmente sua presença, apoio e acompanhamento em sua missão a favor da Vida Religiosa.

Roma, 31 de maio de 1991. Festa da Visitação de Maria Santíssima.

Francisco Xavier Errázuriz,
Secretário

III. Carta de **Dom Heitor Julio López, SDB**, Delegado Pontifício junto a CLAR, com a data de 5 de junho de 1991.

Aos Presidentes e Presidentas das Conferências Nacionais de Religiosos da A. L.

Apreciados irmãos no Senhor,

Aceitem minha cordial saudação que se dirige também às Religiosas e Religiosos de suas Conferências.

Os senhores receberam seguramente o comunicado de Dom Francisco Xavier Errázuriz, Secretário da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, enviado a todas as Conferências para anunciar a tão esperada nomeação da Presidência da CLAR no período de 1991-1994.

Permito-me enviar-lhes o dito comunicado também desde a sede da CLAR, tanto para reforçar nossos vínculos de comunhão, quanto para convidá-los a nos alegrarmos por esta nomeação, aguardada desde nossa Assembléia no México. Vamos recebê-la com a fé que requer. É fruto de um longo trabalho amadurecido não sem dor e felto à luz de um discernimento sério e profundo, como o exigido pela ocasião. Vejamos em todo este acontecimento os sinais do Senhor. Com otimismo próprio da fé cerquemos a nova Presidência com um só coração e uma só alma. Implorando para todos e cada um a paternal assistência do Senhor, sou o servidor e irmão em Cristo Jesus. Dom Hector Julio López H. SDB, Vigário Apostólico de

Ariari e Delegado Pontifício junto a CLAR.

IV. Carta da Nova Presidência da CLAR à Diretoria Nacional da CRB, com data de 4 de julho de 1991, em resposta à carta conjunta dos 5 países do Cone-Sul.

Queridos irmãos e irmãs,

Que nosso primeiro contato com Vocês seja uma saudação de fraternidade e esperança. Agradecemos sua manifestação de acolhida e disposição para trabalhar unidos pelo bem da Vida Religiosa.

Reunidos em Bogotá, nos dias 2-4 do presente mês, desejamos expressar-lhes nossa firme vontade de comunhão eclesial, de estreita colaboração com as Conferências Nacionais e de leal serviço a nossos irmãos e irmãs religiosos da A. L.

Assumimos esta missão, encomendada pela Santa Sé, em espírito de fé e docilidade ao Espírito Santo, que conduz a sua Igreja, servindo-se de instrumentos limitados e seguindo por caminhos imprevisíveis.

Muito nos animou nesta tarefa a presença de Dom Heitor López Hurtado, cuja função na CLAR, além de Delegado Pontifício, é antes de tudo de acompanhamento fraterno.

Agradecemos aos nossos irmãos e irmãs que nos precederam na Presidência anterior, especialmente ao Pe. Luiz Cóscia e Pe. Jorge Jiménez, pelo seu compromisso com a Vida Religiosa e por seu serviço à CLAR.

Que Jesus, o Senhor, a quem queremos seguir e que nos enviou em sua Igreja, todo o esforço que juntos, Conferências Nacionais e Presidência da CLAR, podemos fazer em favor da pro-

moção e animação da Vida Religiosa na A. L.

Pondo-nos inteiramente a seu serviço, nós os saudamos afetuosamente, (Se-guem-se as assinaturas dos 5 membros da nova Presidência). □

Cristo — Reino — Igreja

Distinta de Cristo e do Reino, a Igreja está unida indissolúvelmente a ambos e a serviço de ambos. Deseja intensamente ser toda de Cristo, em Cristo e para Cristo e toda dos homens, entre os homens e para os homens, *Redemptoris Missio*, nº 20.

Constatação

A missão específica *ad gentes* parece estar numa fase de afrouxamento. Dificuldades internas e externas enfraqueceram o dinamismo missionário da Igreja a serviço dos não-cristãos. Isto é um fato que deve preocupar. O impulso missionário sempre foi um sinal de vitalidade. A sua diminuição constitui um sinal de crise na fé, *Redemptoris Missio*, nº 2.

Como salvar a liberdade de consciência?

Papa — Todos os homens devem viver imunes de coação, em matéria religiosa, quer da parte de pessoas particulares, quer de grupos sociais ou qualquer poder humano, de tal forma que ninguém seja obrigado a agir contra a sua consciência, nem impedido de agir de acordo com ela, privada e publicamente, só ou associado, *Redemptoris Missio*, nº 8.

Leitor — A fé em Cristo é uma proposta à liberdade do homem e um pedido para que a acolha e desenvolva, se quiser realizar, em plenitude inimaginável, as potencialidades de sua natureza. É por isso que a Igreja quer conservar bem vivo o seu espírito missionário, desejando que ele se intensifique neste momento histórico que nos foi dado viver (*Pe. Marcos de Lima, SDB*):

PADRE RODOLFO LUNKENBEIN, SDB

UMA VIDA PELOS ÍNDIOS DO MATO GROSSO

Pe. Rodolfo, Salesiano, morreu no dia 15 de julho de 1976, atingido por três tiros, no pátio da Missão Salesiana de Merúri, MT. Leia um pouco de sua vida e de seu trabalho missionário.

Pe. Gonçalo Ochoa, SDB

Merúri, MT

15 de julho de 1976! Dez horas e trinta minutos! No pátio da Missão Salesiana de Merúri, Estado de Mato Grosso, Brasil, jaz um corpo. O jovem diretor da Missão, Pe. Rodolfo Lunkenbein, SDB, acaba de ser imolado por defender a comunidade indígena bororo no processo da demarcação do seu território.

Rodolfo nascera no dia 1 de abril de 1939, em Döringstadt, perto de Bamberg, na Alemanha. Seus pais, João e Maria Lunkenbein, eram pequenos agricultores.

Um dia — Rodolfo estava na 5ª série primária — caíram-lhe nas mãos alguns números do Boletim Salesiano: foi para ele a descoberta de um mundo novo. O vigário deu-lhe de presente uma vida de Dom Bosco. A figura do Santo impressionou-o de tal forma que o pequeno Rudi decidiu ser padre salesiano.

A família não tinha condições para custear-lhe os estudos no internato salesiano de Bamberg. Rodolfo teve, por isso, continuar em casa. Arrumando a cama do filho, diversas vezes a mãe percebeu que o travesseiro estava úmido: Rodolfo chorava de noite. Queria estudar para padre e não podia. Dona Maria aconselhou-se com o vigário. Este escreveu para o aspirantado de Buxheim: foi aceito. Era o ano de 1953. Rodolfo tinha 14 anos.

Era por volta da 8ª série, quando, passando férias em casa, certo dia foi chamado pela mãe a dar explicações. Ela encontrara no bolso do paletó do filho um bilhete amassado com a frase: "Eu quero ser missionário". — "Uma mãe descobre tudo", respondeu Rodolfo. Contou que o diretor do aspirantado havia pedido a todos que escrevessem, com sinceridade, em bilhete anônimo, o que

realmente queriam ser. Tendo borrado o primeiro bilhete, Rodolfo o tinha enfiado no bolso...

Em 1958 chegava a Mato Grosso o novo inspetor salesiano, Pe. João Greiner, alemão, trazendo de sua terra uma leva de jovens misisonários, seminaristas e irmãos leigos. Vinham dar um forte impulso às obras salesianas de Mato Grosso, principalmente às missões. Com ele vinha também o jovem Rodolfo Lunkenbein. Nem salesiano era ainda: vinha fazer o noviciado no Brasil.

Seu noviciado foi em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo, em 1959, e a primeira profissão religiosa, emitida em 31 de janeiro de 1960. A seguir, o encontramos em Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul, para o prosseguimento de seus estudos e formação (de 1960 a 1962). Fez o seu tirocínio prático na Missão Salesiana de Meruri, Mato Grosso, de 1963 a 1965.

Seu sonho misisonário começava a se tornar realidade na plenitude da sua juventude, depois de percorrer, com naturalidade e docilidade a Deus, as diferentes etapas do desenvolvimento da sua personalidade.

Resumindo os testemunhos dos que conviveram com ele nas várias etapas dessa primeira parte de sua vida, anotamos: "Um menino alegre e sincero. Notável a sua generosidade em ajudar especialmente os velhinhos. Gostava de rezar. Antes de entrar na escola, já sabia rezar o terço e convidava os irmãos para rezarem juntos. Não perdia uma

missa." Um adolescente de "gênio feliz. Temperamento sereno e alegre, aberto a tudo o que era bom e verdadeiro, tornou-se um bom companheiro de todos os colegas, que o apelidaram Lunke. Nos brinquedos ao ar livre participava com entusiasmo de todos os esportes. Liderava, não só por causa do tamanho físico, mas também pela simplicidade e naturalidade próprias de um bom coração. Nas horas livres, Lunke gostava de colecionar selos, brincar em jogos caseiros e tocar flauta." Sempre interessado nas missões.

Jovem seminarista, "as características que o distinguiram foram as seguintes: jovialidade e amizade que o ligaram cordialmente com todos; serenidade e exatidão na prática religiosa e nos estudos; espírito de sacrifício e de dedicação para com a comunidade; muito trabalho, mesmo material, na lavoura e na manutenção da chácara e da casa." Acompanhava com entusiasmo os avanços do mundo científico principalmente a conquista do espaço, colecionando artigos de revistas que tratavam do tema e falando do assunto como um perito em matéria. Dominava a mecânica e a eletricidade a ponto de despertar uma certa inveja dos seus colegas especialistas nesses ramos.

A ótima saúde, a grande força física — proporcional à sua estatura de 1.92 —, a inteligência prática, a humildade, a alegria e a disposição para o serviço, eram as ferramentas que trazia para seu primeiro e definitivo campo de trabalho missionário: Meruri.

Merúri era uma missão complexa onde, além do reduzido grupo indígena bororo, havia um internato para meninos brancos das fazendas e cidades que estavam surgindo na região (General Carneiro, Barra do Garças, Guiratinga) e até de algumas cidades do vizinho Estado de Goiás (Bom Jardim e Piranhas). Dava-se também atendimento religioso à população da redondeza, desde o Rio Garças até o Rio das Mortes, aos pequenos aldeamentos de garimpeiros e criadores de gado. O então diretor da Missão, Pe. Bruno Mariano, levava Merúri a um franco progresso, com oficinas, motores, construções, não só para o melhoramento da escola, mas também para as famílias bororo. O jovem assistente Rodolfo, além das aulas que devia dar aos meninos da escola, achava tempo e disposição para se meter em todo esse movimento. Era o braço direito do diretor.

Nessa primeira etapa de sua atividade missionária parece que o trabalho específico com os índios ficou um pouco à margem das suas atividades, que se deveram concentrar no atendimento à população envolvente. Com a Missão de Merúri acontecia, em proporções menores, o que em geral acontecera com a "Missão Salesiana de Mato Grosso". Os salesianos tinham sido chamados, no fim do século passado, para atender os numerosos grupos indígenas do interior brasileiro, que se encontravam em notável abandono. Com esse ideal haviam chegado a Cuiabá, capital de Mato Grosso, em 1894, dirigidos pelo jovem e dinâmico bispo Dom

Luiz Lasagna. Em 1895, fundaram a primeira missão entre os Bororos, na Colônia Teresa Cristina, e iniciavam expedições para encontrar outros grupos ao norte e leste da capital mato-grossense. Logo, porém, tanto a sociedade quanto a Igreja mato-grossense começaram a requerer dos salesianos o atendimento de colégios, paróquias e seminários. Os salesianos, que, entre seus fins apostólicos contemplavam também estes campos, perante a urgente necessidade que o Centro Oeste Brasileiro apresentava de atendimento pastoral e de educação das classes populares, não puderam resistir à tentação de se entregar em cheio a essas tarefas. As numerosas levas de missionários providas da Europa iam aí sendo colocadas. A eles acrescentavam-se os missionários vindos dos outros estados brasileiros, além de ótimos elementos locais, crescidos no próprio ambiente salesiano, primeiro entre todos Dom Francisco de Aquino Corrêa. Destarte, a meio século de sua chegada à região, a Missão Salesiana tinha sob sua responsabilidade grande parte das dioceses e paróquias da região, os seminários diocesanos, numerosos colégios (Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Goiânia), além dos internatos para atender à educação da população rural, no interior. Diga-se o mesmo das salesianas, Filhas de Maria Auxiliadora, que além de à educação tiveram que dedicar-se ao atendimento de numerosos hospitais.

Todas essas atividades não abafaram, é claro, mas limitaram consideravelmente o trabalho com os povos

indígenas da região. A maior parte deles ficou no mesmo estado de antes, com a agravante de que, com o crescimento da população branca, as terras, onde os índios encontravam seus meios de subsistência, foram sendo ocupadas e eles cada vez mais dizimados e marginalizados. Tudo isto apesar dos esforços de conceituados indigenistas como o General Cândido Mariano Rondon, que, enquanto punha Mato Grosso e a região amazônica em comunicação com a capital brasileira, interessava-se pela sobrevivência dos povos indígenas, fundando uma entidade que os protegesse (S.P.I.) e demarcando para vários grupos áreas, que depois não foram respeitadas...

Veio depois a Missão Anchieta (os jesuítas) que se encarregou de contactar e atender os grupos indígenas do norte do Estado do Mato Grosso. Os grupos de Mato Grosso do Sul foram atendidos por igrejas evangélicas e por missionários itinerantes. O mesmo aconteceu com os Carajás da Ilha do Bananal. Pela metade deste século apareceram as Irmãzinhas de Foucauld para salvar da extinção os índios Tapirapé, situados no nordeste do Estado de Mato Grosso, enquanto os grupos alto-xinguanos iniciavam a experiência que hoje os caracteriza.

A pastoral indigenista salesiana concentrou-se nos bororos da região do rio Garças, ao leste do atual Mato Grosso. Já acenamos que a primeira missão foi fundada em 1895 entre os Bororos da Colônia Indígena Teresa Cristina, na região do rio São Lourenço. Interesses adversos,

porém, obrigaram os salesianos a deixarem a missão três anos depois. Perdeu-se, com isso, a possibilidade de atendimento às numerosas aldeias bororo tanto do rio São Lourenço como do seu principal afluente, o Rio Veremelho, aldeias que com o tempo foram desaparecendo, apesar das providências do General Rondon e da assistência dos órgãos oficiais, como o S.P.I. e depois a FUNAI. A primeira residência missionária entre os Bororos da região do rio Garças foi fundada na beira de um dos seus afluentes, o rio Barreiro, iniciando em 1902 a Colônia Sagrado Coração de Jesus, nos Tachos. Das várias residências estabelecidas junto aos Bororos nessa região, esta foi a principal e é a que ainda continua em Merúri, para onde se trasladou pelo ano de 1930. Muitas vidas se gastaram: em primeiro lugar, para salvar da extinção esses pequenos grupos em luta mortal contra migrantes que começavam a invadir seus territórios e, depois, para prepará-los para o contato pacífico com os mesmos. Para essa tarefa, a Missão enviou os seus melhores elementos, tanto irmãos leigos quanto sacerdotes, irmãs e auxiliares leigas. Os Bororos depuseram as armas e aceitaram o convívio com os brancos. Mas estes não abandonaram a disposição de ocupar as terras dos índios, até ao ponto de impedir-lhes continuar as atividades de caça e pesca nas fazendas que se iam estabelecendo em suas terras, de que "ab immemorabili" são donos exclusivos. Custou aos missionários, numa época em que ainda não havia leis que defendessem o direito

dos índios à posse da terra, conservar algumas áreas indispensáveis para atendê-los. Por outro lado, a alfabetização e a aprendizagem de alguma profissão, por parte dos índios, para se integrarem na sociedade branca, de acordo com a política indigenista da época, foi uma das tarefas da missão durante seu primeiro século de trabalho no grupo bororo. Ao multiplicar-se a presença do elemento branco na região, a solicitude dos missionários da época estendeu-se também a ele. Visou-se não só a parte religiosa, mas também a promoção humana. Merúri chegou a ser paróquia, escola, ambulatório e pequeno centro comercial para brancos e índios indistintamente. Merúri estava a ponto de se tornar uma de tantas cidades da América Latina, surgidas à sombra de alguma aldeia indígena, engulidas logo a seguir em seu processo de crescimento, sem deixar rastro. Foi, aliás, o que aconteceu em Cuiabá, Rondonópolis, Guiratinga, Barra do Garças, Poxoréo, Jarudori, só para nomear as cidades mato-grossenses que nasceram ao lado de antigas aldeias bororo de que hoje não existe sinal. Os Bororos de Merúri já falavam a língua nacional, eram escolarizados. Os adultos sabiam, quase todos, uma profissão. Alguns deles até lecionavam na escola onde os meninos brancos estudavam. Isso tudo dava-lhes até vantagem sobre os moradores brancos da região, os quais, conhecedores das habilidades dos índios, vinham à missão também para se utilizarem de seus serviços de mecânica, carpintaria, etc.

Inicia-se a segunda metade do século XX. Os Xavantes, recém-pacificados, já tinham perdido, e rapidamente, o domínio das próprias terras, terras que tão entranhadamente e por tanto tempo haviam defendido. Agora, perseguidos com veneno e armas de fogo pela crueldade dos novos donos das suas terras procuram proteção junto às missões de Merúri e Sangradouro. Os Bororos juntam-se aos missionários para acolher e cuidar dos Xavantes, cedendo-lhes parte de suas terras para o estabelecimento de suas aldeias. A integração deste grupo bororo parecia um fato real bem-sucedido. Nem se cogitava numa pastoral específica para com eles. Logo, porém, começou-se a perceber o efeito negativo da presença do elemento branco na organização, na economia e na moral, e até na saúde do grupo indígena. Vendo suas terras cada vez mais invadidas e suas famílias desrespeitadas, foi-se colocando à margem do processo, evitando até novos nascimentos dentro do grupo. Parte dos índios concordava com esta situação pelos aparentes favores que recebia dos amigos brancos. Outros, porém, eram contra, ansiando por dias melhores.

Foi dentro desta realidade que Rodolfo viveu e trabalhou na sua primeira experiência missionária. Era amigo de todos e a todos procurava servir, com todo o entusiasmo de sua juventude e seu grande coração. Seu ideal, sua vocação específica eram as missões. Foi assim que o expressou aos pais quando

Ihes pediu licença para partir: "Vocês sabem muito bem que faz anos que o meu desejo é ir para as missões e ninguém vai me impedir, pois minha vocação é ser missionário, e seguirei este chamado de Deus mesmo que me custe muitos sacrifícios." E, para convencer os pais a lhe concederem licença, lembrou-lhes as palavras de Cristo: "Ide por todo o mundo e ensinai a todos os povos..." "Isto valeu, escreveu ele, não somente no tempo de Cristo, mas também agora, e é tão urgente como nunca. Peço-lhes, deixem-me partir."

E esse chamado de Deus para trabalhar com um povo indígena é específico: assim o expressava ele quatro anos depois, feito o noviçado e a filosofia, escrevendo à família: "... posso ir a Merúri, à nossa missão junto aos índios Bororos. Todos os meus colegas estão com inveja de mim por causa disso, e eu estou muito satisfeito de poder ir para lá."

Teria Rodolfo visto nessa primeira experiência em Merúri, a realização de seus sonhos missionários? Depois de três anos de vivência salesiana de tirocínio prático em Merúri, regressa, em 1966, à Alemanha para a última etapa de preparação ao sacerdócio: quatro anos de teologia no estudantado de Benediktbeuern. Que se passaria na alma do Lunke nesse tempo? Pensaria ainda em voltar para um campo de trabalho onde as características de missão específica com um povo indígena estavam mais e mais

se diluindo? Quais questionamentos lhe passariam pela mente de jovem missionário, sobre a realidade em que se achava a Missão de Merúri?

Humanamente falando, a realidade da vida se encontra sempre muito aquém dos nossos sonhos e dos nossos ideais. Mas para o cristão, o que Deus tem preparado para os que lhe são fiéis está sempre acima de qualquer cogitação. E Rodolfo não buscava glória humana: se tinha um coração cheio de entusiasmo, tinha-o também repleto de humildade, sentido prático e muita docilidade ao Espírito, que soprava novos ares sobre a Igreja. A sua glória será o martírio pela nova vida do povo de Merúri. Certamente que aludia a Merúri e ao desejo de lá voltar quando escreve: "é especialmente a pobreza religiosa e material que me atrai."

O início dos estudos teológicos de Rodolfo coincide com o fim do Concílio Vaticano II. Sua teologia empapar-se-á de seu espírito e orientações. O jovem missionário vibrava. Sobre esse tempo de estudos teológicos assim se expressou sua mãe: "Além dos estudos normais, interessava-se por assuntos de construção, jardinagem, agricultura, zoologia, e especialmente do cuidado dos doentes. Lembro-me que um ano ele foi ao Instituto Missionário Médico de Würzburg, nas férias de verão, para aprender medicina tropical. Havia ganho o título oficial de professor de natação. Tinha licença para guiar qualquer veículo,

brevê de aviador e diploma de rádio-amador. Pensava que tudo isso lhe seria útil em seu trabalho missionário. À noite rezava... Rodolfo queria ajudar os indígenas pobres e oprimidos. Não era sua intenção conseguir um pouco de glória. Silencioso e recolhido, queria cumprir a vontade de Deus no serviço e no amor ao próximo."

Rodolfo ordena-se de sacerdote a 29 de junho de 1969, em Benediktbeuern. Voltando ao Mato Grosso, a obediência destina-o novamente à Missão de Merúri. Em lá chegando encontra uma nova realidade. O último diretor, Pe. João Falco, tinha desencadeado um processo de mudança na maneira de atender aos Bororos: O esquema de presença de famílias brancas perto da aldeia fora desmontado. A ação da Missão dirigir-se-ia, de aí por diante, prioritariamente aos índios, desenvolvendo sobretudo um melhor atendimento à saúde, à subsistência dos mesmos, e à revitalização da sua cultura. O Pe. Rodolfo e seu patrício, Pe. Paulo Mohr, como novos responsáveis da Missão, são recebidos pelos bororos com cerimonial bororo. O Pe. Paulo, como novo diretor, recebe o PARIKO dos chefes. Ao Pe. Rodolfo, seu principal auxiliar, é entregue o arco enfeitado de guerreiro.

Agora, seu relacionamento com os índios será mais íntimo e o seu trabalho, mais direto. Com a nova bagagem de conhecimentos adquiridos na última etapa de formação, sentia-se capaz de atuar realmente

como missionário. E missionário da linha nova.

A ação missionária do Brasil também começava, pelos anos 70, a tomar novos rumos. Em um curso para missionários, realizado em São Paulo, do qual participaram representantes das missões salesianas de Mato Grosso e do Amazonas (Rio Negro), junto com missionários de outras congregações, surgiu a idéia de uma organização de toda a Igreja missionária indigenista do Brasil, para unificar e atualizar sua ação. Pedia-se a formação de um Conselho que se encarregasse de coordenar a formação específica dos missionários e da ação da Igreja junto aos povos indígenas. Foi a origem do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), cujos primeiros presidentes foram sucessivamente: o Pe. Ângelo J. Venturilli, co-autor da *Enciclopédia Bororo*, o Pe. José Vicente César, fundador do *Anthropos do Brasil*, e Dom Tomás Balduino, bispo e membro da CNBB, à qual o CIMI ficou ligado.

Rodolfo participou do referido curso, sendo depois eleito membro da diretoria nacional do CIMI. Essa circunstância e a preocupação de conseguir mercado para o artesanato indígena bororo de Merúri, obrigou-o a viajar muito pelo Brasil. Às vezes acompanhava Dom Tomás Balduino, viajando no seu avião pelo interior da Amazônia, sempre no afã de atender aos povos indígenas.

Mesmo engajado no CIMI-Nacional, seu trabalho principal se concentrava na comunidade de Merúri. Rodolfo sentia-se membro da família bororo e os Bororos o aceitaram com carinho introduzindo-o ritualmente na tribo com o nome de OKOGE EKUREU (Peixe Dourado), nome cheio de sentido e simbolismo na vida e na mitologia bororo.

Em 1974 o Pe. Rodolfo volta de uma visita aos familiares e é recebido com entusiasmo pelos índios como novo diretor de Merúri. "Os índios vibraram de entusiasmo, conta ele para sua mãe, abraçaram-me e quando chegamos à sede da Colônia, os meninos índios e alguns escolares cantaram para mim. Na Missa vespertina, logo no início, aproximou-se um índio e cantou uma saudação como eles normalmente só fazem quando saúdam um cacique. Em seguida, retirou minha estola e colocou-me nos ombros outra, feita pelos índios especialmente para mim, de penas de arara. Fiquei extremamente sensibilizado."

Como diretor, o Pe. Rodolfo interessou-se em primeiro lugar pela saúde dos Bororos. Apoiou e acompanhou com verdadeiro carinho o trabalho do Dr. Geraldo Chaves Salomon, especialista da Universidade de São Paulo, que com sua esposa Dona Ester estavam começando um programa de erradicação da tuberculose entre os Xavantes e Bororos das três missões salesianas de Merúri, Sangradouro e São Marcos, programa que depois se pro-

longou por mais de uma década, com êxito total. A seguir, Rodolfo conseguiu, com a ajuda dos seus patrícios, um microscópio e um aparelho de raio X para o hospital de Merúri. As radiografias e as análises já podiam ser feitas em Merúri, poupando sacrifícios e despesas com o traslado dos índios para a cidade de Dourados (situada a mais de 1.000 km da Missão e onde foram tratados os primeiros casos). Também o tratamento podia ser feito "in loco". O Dr. Geraldo mesmo conseguia, com a ajuda de amigos de São Paulo, o material para as radiografias e os remédios necessários.

Tudo o que fosse aumento de vida para o seu querido povo bororo entusiasmava o novo diretor e o fazia tema central de notícias em suas cartas a parentes e amigos, especialmente os novos nascimentos. Sofria frente a tudo o que prejudicava a saúde e a vida do índio, principalmente o alcoolismo. Este, aliás, tem sido a arma mortal que a nossa sociedade, consciente ou inconscientemente, tem usado para exterminar muitos grupos indígenas e principalmente muitas aldeias bororo... Por isso, desdobrava-se para evitar que nas vizinhanças da Missão proliferassem os botecos. Desde criança vivera em profundidade a experiência cristã, sentindo durante toda a sua vida o impulso do Espírito que o chamava a anunciar o Evangelho. Para usar uma expressão de São Paulo, sobretudo como missionário católico nunca se envergonhou do Evangelho. Falava,

com simplicidade e unção, de Jesus Cristo e sua mensagem; da devoção à Virgem Maria; de Dom Bosco como apóstolo dos jovens e das missões. Mas sua principal pregação era a vida. Servia a qualquer hora do dia ou da noite, com alegria e abertura. Não havia ninguém, grande ou pequeno, que dele se aproximasse e não se sentisse aceito como pessoa.

Soube estudar, respeitar, valorizar e reavivar a cultura bororo, como elemento básico para a evangelização mais autêntica. Promoveu experiências de adaptação da liturgia à cultura bororo, pela inclusão de alguns de seus ritos e símbolos na celebração do batismo, da festa do Natal e da Semana Santa. Eram os primeiros passos para a inculturação do Evangelho e da liturgia na cultura bororo. A fé cristã é uma nova experiência de vida em plenitude à qual os povos são chamados. A cultura de um povo pode ser considerada como a expressão da experiência histórica no relacionamento entre seus membros e com o mundo material e espiritual que o envolve. O povo bororo, pela sua organização social e pela sua língua, pelas suas manifestações artísticas e pela sua religiosidade, possui uma das culturas mais aptas para expressar a alma humana. A estima que Rodolfo sentia por essa cultura está expressa em seu último sermão de Natal, comparando os cantos indígenas ao redor do presépio ao canto dos anjos da noite santa. "Nós também aqui presenciamos os louvores destes cantos que os bororos ofere-

cem ao Criador, cantos inspirados por Deus, nestas noites maravilhosas e misteriosas que só o sertão de Mato Grosso pode oferecer. Noites em que Deus, através dos séculos, confiou e revelou os seus mistérios aos Bororos nesses cantos e cerimônias maravilhosas, cantos executados através dos séculos."

Converter-se à cultura de um povo, descobrir e acreditar que Deus vem agindo na história desse povo, eis uma das condições para que um missionário possa ajudar a desencadear um processo de inculturação do Evangelho.

Durante o primeiro ano de directorado de Rodolfo, em agosto de 1974, teve lugar em Merúri a 1ª Assembléia Regional do CIMI. Na coordenação dessa assembléia estavam: Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, o Pe. João Bosco Burnier e também o Pe. Rodolfo Lunkenbein: dois bispos (e que bispos!) e dois mártires (e que mártires!) Dissemos *dois* mártires, porque o Pe. João Bosco também logo seria morto.

A vida e a cultura de um povo estão muito ligados ao ninho ecológico, ao domínio de uma terra própria onde esse povo possa crescer e se desenvolver.

Em 1973 fora promulgada a Lei 6.001, o *Estatuto do Índio*, de cuja redação o CIMI participara. Com essa lei os índios começavam a ter um instrumento legal para reivindicar o direito sobre suas terras. A lei fixava o prazo de 5 anos, a par-

tir da sua promulgação, para a demarcação das áreas indígenas. Os Bororos e os Xavantes das Missões Salesianas foram os primeiros grupos indígenas a iniciarem um movimento de reivindicação desse direito, conseguindo que dentro do prazo estabelecido por lei suas áreas fossem demarcadas. Isso, porém, não se deu sem esforço e sem sangue. Ameaças às lideranças indígenas e aos missionários que os apoiavam, começaram a ser o pão de cada dia. Os padres Pedro Shardeotto, Mário Panziera, Mário Gosso, Bartolomeu Giaccaria e Rodolfo Lunkenbein, junto com os chefes Xavantes e Bororos, estavam na lista dos que deviam ser eliminados, a fim de impedir a demarcação das reservas indígenas na região.

Em pouco tempo, os Xavantes com uma estratégia maravilhosa, que os levou de vitória em vitória, conseguiram a demarcação de suas áreas, impedindo qualquer derramamento de sangue, tanto dos missionários como dos índios e da população branca.

Já os Bororos, enfraquecidos e dizimados pela longa experiência de fracasso através de anos e dos séculos, em que foram perdendo suas áreas e vendo muitas de suas aldeias extintas, a luta pela demarcação de sua reserva foi muito mais difícil e demorada. Por fim, depois de 4 anos de contínuos e insistentes pedidos, os Bororos conseguiram que o Governo se interessasse pela demarcação de sua reserva. Foi nomeada uma comissão oficial

para o estudo do pedido dos índios e para definição da área a ser demarcada. Foi decretada a demarcação administrativa pela FUNAI e chegou a firma PLANTEL para iniciá-la. Na noite em que se deu o início da demarcação, o Pe. Rodolfo convidou a Comunidade Bororo a fazer uma celebração de ação de graças. Porque finalmente, depois de tanta oposição, esforços e espera, a demarcação havia iniciado. Falando aos índios nessa celebração, deixou entender, dadas as ameaças constantes que tinha recebido, que previa o que lhe viria a acontecer como diretor da Missão. Mas disse que estaria disposto a qualquer sacrifício e até a dar a própria vida pelos Bororos. Era a visão da amargura do cálice e a aceitação e oferecimento do sacrifício que seria consumado no dia seguinte, 15 de julho de 1976.

O martírio cristão não é um acontecimento repentino, improvisado. É antes de tudo uma graça de Deus. É também o coroamento de uma vida de muito amor e compromisso com o Reino de Deus, no seguimento do Mártir Divino.

“Também hoje — escreve Rodolfo em uma de suas cartas — o missionário deve estar disposto a sacrificar a sua vida.” E em sua última visita à terra natal, em 1974, sua mãe o advertia que tivesse cuidado, pois se estava falando muita coisa ruim. Ele respondeu: “Mãe, como você se preocupa! Se eles me cortassem um dedo, eu lhes ofereceria os dois braços. Não há

nada mais bonito que morrer pela causa de Deus. Este seria o meu sonho.”

O jovem diretor era um homem pacífico, não gostava de violência. Sua opção preferencial era pelos Bororos e para que estes pudessem reaver, também com direito legal, a sua terra. Trabalhava, porém, para que isto se realizasse dentro da legalidade e da paz. Assim o expressava no mesmo sermão de Natal de 1975, acima citado: “Temos aqui uma grande representação de nossos vizinhos e amigos da região, mostrando assim que todos nós somos uma única família: índios e civilizados. Mostrando assim que acreditamos todos nós neste Deus-Menino, que se tornou nosso irmão, para que todos nós pudéssemos viver em paz; para que todos nós pudéssemos ter já nesta terra um pouco de felicidade, símbolo daquela felicidade que um dia haveremos de encontrar na vida eterna!”

No dia da chacina, tendo os atacantes tomado o pátio da Missão, para onde trouxeram preso um dos grupos que estava fazendo a demarcação (agrimensores, índios acompanhantes e aparelhos de trabalho), o diretor se achava no campo com um grupinho de Bororos iniciando uma lavoura de arroz no cerrado para o sustento da comunidade indígena. Foi chamado com urgência e ao chegar à Missão, mesmo percebendo que havia chegado a sua hora. Estavam diante dele os que lhe tinham jurado morte e alguns pistoleiros conhecidos da re-

gião. Procurou acalmar os ânimos. E até ofereceu seus serviços perante o Governo, para que os moradores, ao deixarem a reserva, não ficassem prejudicados. Não era a primeira vez que ele oferecia seus préstimos. Nem a primeira que era rejeitado. Só que desta vez não queriam se afastar sem antes cumprir com o desígnio planejado: liquidar o superior da Missão e os líderes índios mais comprometidos. Com isso, a demarcação da reserva ficaria definitivamente comprometida. Sem o Missionário e as lideranças, seria mais fácil convencer os Bororos a se trasladarem a outros lugares. Aliás, alguns dias antes, um bom grupo deles havia sido levado com falsas promessas. Conta um deles que, ao escurecer, foram colocados, às pressas, num caminhão, e levados durante toda a noite com a proibição de deixar-se ver pela estrada. Foi assim que ao passarem por Poxoréu, tiveram que deitar-se no assoalho do caminhão para não serem percebidos. Chegando a Jarudori, foram despejados numa área onde já tudo estava tomado por moradores e fazendeiros.

A resposta à atitude pacificadora do Pe. Rodolfo foi a violência contra ele, por palavras e ações, suscitando reclamações das mulheres e crianças da aldeia que se haviam aproximado para ver o que os brancos estavam querendo. Testemunhas oculares contam que, quando o chefe dos atacantes puxou o revólver para atingir o Padre, o capitão bororo, ali perto, quis segurá-lo para impedir o crime, mas foi baleado

pelas costas, deixando-o sem sentidos. O Padre, já atingido no estômago, levou a mão direita à ferida, levantando o braço esquerdo para pedir calma. Seguiu-se, porém, um segundo tiro, sob o braço esquerdo, e um terceiro, no coração... O assobio das balas perto fez gritar as mulheres e crianças que viram o Missionário caindo no pátio da Missão. Os poucos índios presentes, atarantados pelo súbito ataque, não puderam — como é fácil de imaginar — nem defender-se, nem defender o sacerdote. Um deles, o bororo Simão, teve as entranhas rasgadas por uma faca e à mãe, que acorrera a socorrê-lo, lhe cravaram uma bala bem no peito. A outros, deixaram feridos... E, na fuga, sequer levaram um jovem do bando, misteriosa mas mortalmente ferido... Rodolfo é logo atendido pelas mulheres presentes e a enfermeira Irmã Margarida, mas morre segundo após. Seu enorme corpo — imediatamente unguento pelo colega missionário, testemunha da vida e da morte do irmão — jaz caído, ainda envolto em suas roupas de trabalho, agora não só embebidas de suor, de óleo e terra, mas também perfuradas de balas e tingidas de sangue... Jaz ali, a poucos passos da igreja, sobre o pátio da Missão, consagrando aquela terra com o martírio e a doação.

E enquanto assim o "Peixe Dourado" toma posse daquela terra por seu Povo, na casa das Irmãs e no hospital da Missão, se atendem os demais bororos feridos, alguns em perigo de morte... Depois seu cor-

po foi levado para a igreja, em cujo altar — por ele tanto embelezado — presidia o Grande Crucifixo, inspiração de todas as oblações.

Antes do ataque, as comunicações telefônicas com a cidade haviam sido cortadas. Providencialmente, funcionava na Missão um pequeno rádio-amador, cujo horário de meio-dia foi ao ar nessa ocasião pela primeira vez. Por ele foi logo anunciada a notícia a Barra do Garças, a Campo Grande. E dali para o Europa. Nessa mesma tarde, pois, o Brasil e o mundo estavam cientes da... chacina de Merúri.

Os Xavantes da vizinha missão de São Marcos vieram chorar seu amigo e dar cobertura aos irmãos Bororos, enquanto chegava a polícia, também para impedir qualquer represália dos índios. À tarde, os superiores da Missão Salesiana, de Campo Grande, acorreram pressurosos, conseguindo também um avião para transportar de urgência os feridos graves para Barra do Garças. Simão Bororo, o mais atingido, morreu logo ao decolar do avião. O Padre morreu por defender a terra dos índios e o índio por defender a vida do Padre.

Os outros dois feridos graves, Lourenço Rondon, o capitão, e Teresa Kogue, a mãe de Simão, apenas chegados foram logo atendidos e puderam ser salvos. Hoje vivem e podem contar...

"Simão — disse o finado Eugênio Aije — tinha 40 anos. Era

muito bom. Todos tinham estima por ele, porque estava disposto para tudo. Ele era o pedreiro da aldeia de Merúri. Ajudou a construir as casas. Fez a maioria dos fogões das casas dos Bororos. Na mesma manhã de sua morte estava consertando a lavanderia das irmãs. Era muito unido com o Pe. Rodolfo na defesa da terra...” E Dona Genevêva Borobotou, irmã de Simão, diz: “Simão gostava das crianças. Todas as tardes sentava e brincava com as crianças no pátio da aldeia... Simão estava sempre pronto para ajudar os outros companheiros, com dinheiro, com penas para enfeites, e ele mesmo procurava as penas. Ele conhecia muito os remédios do mato. Fazia remédios de arnica e aplicava-os e explicava. Ainda nos últimos dias foi arrumar arnica para um velhinho... Era muito paciente e nunca zangava.”

É famosa a declaração de Lourenço Rondon numa carta ao mundo civilizado: “Temos agora uma nova esperança e estamos dispostos a mudar o rumo da nossa história. E como mudaremos? Será que temos que pegar nas armas? Será que temos que atacar os brancos como eles fizeram conosco? Não! Os verdadeiros cristãos não agem assim. Armas são o argumento dos covardes. Nós queremos é juntar-nos e unir-nos. Talvez morramos, mas não aceitaremos mais o domínio dos outros sobre nós. Exigimos ser tratados como gente.”

O corpo do Padre Rodolfo, enquanto se esperava a decisão da família na Alemanha, foi levado a

Barra do Garças para ser embalsamado. A mãe, que na mesma tarde do dia 15 de julho recebeu a notícia do sacrifício que ela presenciava, chorou-o, mas aceitou-o com heróica resignação, perdendo e pedindo a Deus perdão pelos assassinos do seu filho. Deixou que ele fosse enterrado no meio dos Bororos pelos quais havia dado a vida. Destarte, os Bororos puderam cantar-lhe o ROIA KURIREU ou Canto Grande, com que solenizam o enterro de seus parentes. Pintaram-lhe o rosto com carinho usando cores da tribo, e ornaram-no com os enfeites do seu clã.

Poucos anos depois, a mãe de Rodolfo, Maria Lunkenbein, veio da Alemanha a Merúri visitar o túmulo do filho. Abraçou Dona Teresa Kogue, mãe daquele que lhe tinha sido companheiro de martírio, Simão Bororo, e recebeu o carinhoso afeto de todos os Bororos e Missionários de Merúri aos quais adotou como filhos em lugar do seu Rúdi.

Pouco depois da morte do Pe. Rodolfo e Simão, a área bororo de Merúri foi demarcada. E aqueles mesmos Bororos que tinham sido dólidamente levados para Jarudori, começaram a voltar. A comunidade indígena conseguiu a posse e o uso exclusivo de sua área. As crianças foram aumentando notavelmente, de maneira que, dez anos depois, mais da metade da população bororo da área era constituída de crianças pequenas.

O martírio de Rodolfo e Simão refloresce na vida e é celebrado to-

dos os anos na lembrança. No décimo aniversário, presente o irmão e um sobrinho do Padre Rodolfo, vindos da Alemanha, o corpo do Padre foi exumado ritualmente para o segundo enterro tradicional. Nele os ossos do finado são pintados e enfeitados de penas. E, como numa festa de ressurreição, se executam os rituais e cantos mais solenes e de acompanhamento do AROE (pessoa falecida) ao lugar de sua felicidade.

Mas a luta continua. A situação atual não é de festa: a crise econômica do país, nestes últimos anos, tem-se refletido fortemente sobre os índios. Percebe-se que a população bororo tende a decrescer novamente. A influência negativa da estrada asfaltada, que atravessa a área indígena, e o trabalho solapador de muitos interessados em acabar com os índios, principalmente através da bebida alcoólica, vai minando novamente a comunidade, onde as mortes violentas se estão tornando cada vez mais freqüentes. A atitude de "fazendeiros amigos" que visam explorar a mão de obra indígena e a se apoderar do seu patrimônio, como gado e instrumentos de trabalho, em atos nem sempre honestos e em negócios nem sempre justos, vai deixando os índios cada vez mais empobrecidos. E assim os Bororos, como a maior parte dos povos indígenas, continuam numa luta tremendamente desigual diante de uma sociedade que os envolve e os quer esmagar.

Restam alguns questionamentos. Chegará a sociedade branca e, con-

cretamente, o povo mato-grossense, a reconhecer o que o povo bororo representa na sua história e na sua cultura? Reconhecerá as riquezas materiais e espirituais que dele herdou? Aceitará, em troca, ajudá-lo a levar uma vida menos sofrida e mais feliz?

Infelizmente esta atitude positiva não se tem percebido até agora. Pelo contrário. Somente nesta segunda metade de século, várias áreas que o General Rondon lhes tinha demarcado foram *oficialmente* diminuídas e invadidas. Só para citar o caso mais lastimável, a aldeia bororo de Gomes Carneiro, na famosa área de Teresa Cristina, que foi pessoalmente percorrida e demarcada pelo depois Marechal Cândido Mariano Rondon, sofreu, em 1976, uma nova e absurda demarcação, diminuindo em mais da metade a área de Rondon, deixando ainda encrustada no coração da área uma importante fazenda e deixando mal definidos os limites, de maneira que, aproveitando-se dessa indefinição, fazendeiros e políticos dos mais eminentes do Estado, foram penetrando, convertendo em pastagens cerrados ricos de frutas, como mangabeiras e piquizeiros, dos quais até não mais de dois anos atrás se alimentava a comunidade indígena. Acontece que essa área, hoje acossada por fazendeiros por todos os lados, abrigou até agora a aldeia bororo mais importante para a conservação da língua e da maravilhosa cultura bororo.

Legalmente a área que Rondon demarcou para essa comunidade não

podia ser diminuída, nem invadida porque sempre esteve presente nela uma das comunidades bororo cultural e numericamente mais representativas. O corte dessa área foi feito no ano em que o Pe. Rodolfo morreu. Ele chegou a ter conhecimento disso e sofreu muito sabendo o que essa nova demarcação significaria para o futuro daquela co-

munidade que várias vezes tinha visitado como missionário.

“Cedant arma togae!” Quando acabariam a ganância, a violência e a injustiça? Quando voltarão a reinar o amor, a dedicação e o respeito às pessoas? O mesmo Pe. Rodolfo ajude a transformar estes seus sonhos, e nossos, em realidade.

Fontes:

BINI, Pe. Wálter, **Padre Rodolfo Lunkenbein, Carta Mortuária**, Inspecoria Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande, 1976. ROHRIG, Hans-Günter, **Rodolfo Lunkenbein, uma Vida em Defesa dos Índios**, Coleção Heróis, 1982, 2ª edição.

Editorial Dom Bosco, São Paulo. VÁRIOS, **Depoimentos sobre o Padre Rodolfo Lunkenbein e sobre Simão Bororo**, Boletim do CIMI, Ano 5 nº 30, Julho de 1976. VÁRIOS, Testemunhas da Vida e da Morte do Padre Rodolfo Lunkenbein.

Atividade primária

Na dinâmica de realização da única missão da Igreja, há diversas funções e atividades. Antes de todas, está a missão *ad gentes*, atividade primária e essencial da Igreja, jamais concluída. É a tarefa mais especificamente missionária, *Redemptoris Missio*, nº 31.

Jesus em nossa vida

Bíblia — “Ninguém vai ao Pai senão por mim”, Jo 14, 6.

Leitor — Cristo é o único Salvador de todos. O único capaz de revelar e conduzir a Deus. O homem só poderá entrar em comunhão com Deus através de Jesus Cristo e sob ação do Espírito. Não há outra mediação paralela ou complementar. Não há qualquer outro nome dado aos homens que os possa salvar. A minha e a sua salvação só podem vir de Jesus Cristo. Sobressai imediatamente e com impacto a centralidade da pessoa de Jesus, seu mistério, sua obra, sua Palavra, na minha e na sua vida cristã. Jesus é o núcleo, o cerne, o centro, a medula, a referência, a inspiração e a força (*Pe. Marcos de Lima; SDB*).

ALÉM DA CONJUNTURA: A MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA

*A nossa missão profética é fundamentalmente:
o anúncio esperançoso da salvação e da libertação;
a denúncia serena e corajosa de todo mal
e o chamado à mudança individual, coletiva, estrutural.*

Pe. Francisco Ivern, SJ

Na ocasião da 29ª Assembléia Geral da CNBB, o Pe. Francisco Ivern, jesuíta, fez uma reflexão sobre a situação atual e a Igreja no Brasil, diante de seus desafios pastorais. Com o Objetivo Geral da sua ação pastoral, a Igreja precisa HOJE responder a todas essas NOVAS REALIDADES. E esse texto quer ser uma luz para o nosso trabalho de revisão de toda a nossa caminhada.

I — INTRODUÇÃO

1. No meu entender e como já sublinhei em outras oportunidades, o objetivo desta "comunicação" não é simplesmente analisar ou interpretar a atual situação nacional em termos meramente "técnicos". Trata-se antes de colocar em evidência aqueles aspectos da nossa realidade que de algum modo atingem "a dignidade da pessoa humana, cuja

defesa e promoção nos foram confiadas pelo Criador" (*Sollicitudo Rei Socialis*, nº 47), ou colocam em perigo bens humanos e valores "que podem mesmo ser chamados 'evangélicos', porque intimamente ligados à Boa-Nova" (*Redemptoris Missio*, nº 19). Todos sabemos que esses valores que a Igreja defende e promove estão sendo hoje ameaçados não apenas na esfera individual e familiar, mas também no campo econômico, social, político e cultural, por situações políticas, "comportamentos coletivos de grupos sociais, mais ou menos vastos" (*Exort. Apost. Reconciliatio et Paenitentia*, nº 16), "mecanismos perversos" (*Sollicitudo Rei Socialis*, nº 16, 35) e "estruturas de pecado" (*Ibid.*, nº 36-37) que precisam ser mudados para que se possa dizer que a sociedade brasileira está sendo verdadeiramente evangelizada (*Christifideles Laici*, nº 44, 59).

2. Portanto, uma certa leitura ou interpretação dos principais fatos ou acontecimentos, de natureza sócio-econômica ou sócio-política, que marcaram a realidade brasileira durante os últimos doze meses, precisa ser feita: Sempre, porém, a uma certa distância crítica, para que o momento presente — momento de crise — não seja considerado isoladamente e, privado da compreensão que o passado sempre nos traz e da esperança que o futuro contém, não nos esmague com o seu peso da iniquidade. No meio de uma realidade dura e sofrida e, ao mesmo tempo, complexa e em constante evolução, Deus nos convida a discernir, à luz da fé, a ação do seu Espírito. Ação mais poderosa do que a força do mal e sempre presente para dar “vida e santidade a todas as coisas” (Liturgia da Missa, Oração Eucarística III). Espero que as limitações da minha análise — que reflete necessariamente um determinado ponto de vista — não dificultem demais esse discernimento.

II — O REINADO DA CONJUNTURA

3. Ao assumir o Governo, o Presidente Collor apresentava à Nação o seu Plano “modernizante” de cunho neo ou sócio-liberal e que continha, além de medidas drásticas para combater a inflação e estabilizar a economia, outras propostas programáticas de natureza estrutural e de mais longo prazo. Algumas delas respondiam a necessidades sentidas e reconhecidas por

muitos, mesmo por um bom número dos seus opositores políticos: a reforma do Estado, para recuperar a sua função pública; a reestruturação administrativa; medidas destinadas não apenas a reduzir o déficit público, mas também a garantir eventualmente uma distribuição mais equitativa da renda nacional, mediante maiores impostos sobre as grandes fortunas e subsídios; a repressão do abuso do poder econômico, o combate aos corporativismos, cartorialismos, monopólios e oligopólios; a gradual abertura da economia para a concorrência interna e externa, etc.

4. Num primeiro momento, a inflação foi não apenas contida, mas substancialmente reduzida. Mesmo depois do seu recrudescimento, a inflação se manteve em níveis bem inferiores aos alcançados nos primeiros meses de 1990. Algumas medidas de natureza mais estrutural e maior alcance para o futuro, que constavam nos planos governamentais, também começaram a ser tomadas. Porém, à medida que passava o tempo e cresciam as resistências e os obstáculos para sanear e estabilizar a economia, a política governamental foi se afunilando e encurtando os prazos, centrando-se cada vez mais direta e imediatamente sobre o combate à inflação, não apenas através de medidas “provisórias” de natureza monetária e fiscal, nem simplesmente mediante o arrocho dos salários e esforços, em boa parte frustrados, para conter os preços, mas também usando mais e mais, como arma contra a

inflação, a mesma recessão que essa política já comportava.

5. Sem suficiente lastro político e social, o Governo em lugar de "governar", em função de uma visão global e coerente e de objetivos políticos bem articulados, de curto, médio e longo prazos, passou a gerenciar a crise do momento por "decreto" e de um modo bastante tecnocrático e autoritário, isolando-se e afastando-se cada vez mais do Parlamento e da sociedade organizada. Para a opinião pública, o Governo se identificava de fato com a sua equipe econômica: Equipe que deu provas de inteligência, seriedade, dedicação e tenacidade, mas também de falta de habilidade política, e sensibilidade social. Muitas das medidas tomadas também pecaram por improvisação e inexperiência administrativa, tiveram que ser corrigidas e reeditadas, contribuindo para o desgaste do Governo durante o seu primeiro ano de mandato.

6. A política do Governo transformou-se gradativamente em uma política conjuntural de combate à inflação, sem claros horizontes. A conjuntura, a política de emergência e curto prazo, simbolizada pelas Medidas Provisórias, começou a lotar todo o espaço político e a reinar de um modo absoluto e, às vezes, até despótico. Os problemas estruturais e de longo prazo que marcam profundamente a realidade brasileira, que foram objeto de discussão durante a campanha presidencial e que estão entre os que mais interessam à Igreja, pelo seu

conteúdo ético e humano, sem serem refém das Medidas Provisórias e praticamente renunciou às suas responsabilidades legislativas em outras áreas, em particular para operacionalizar os 160 artigos da Constituição que ainda precisam ser regulamentados.

7. Apesar de todas essas sérias limitações e falhas, alguns ainda acham que o atual Governo, sob certos aspectos, é muito superior às administrações anteriores, pelo simples fato de ter colocado em cima da mesa e abordado com coragem, pela primeira vez em muitos decênios, problemas cruciais para a Nação (César Maia no *Jornal do Brasil* de 27.01.91).

8. Sem entrarmos em comparações, devemos reconhecer que diante da profunda crise econômica e da falta de governabilidade em que o País se encontrava, as opções que o Governo tinha, no começo do seu mandato, não eram muitas. A precariedade do sistema político, com partidos internamente divididos e sem claras bases programáticas, se refletia num Congresso ainda dominado por interesses particulares, fisiologismos e velhas práticas. A consciência e responsabilidade social de certos setores das elites, das classes dirigentes e empresariais, era bastante reduzida. Com algumas exceções, as organizações representativas da sociedade civil eram ainda frágeis e, às vezes, marcadas por um espírito excessivamente corporativo, sem um claro sentido do que o bem comum significa e exige.

Nessas circunstâncias não era fácil resolver a crise mediante um entendimento nacional, sólido e duradouro, ou uma concertação pacífica e equiparativa de interesses conflitantes. Também, no início, lhe faltou ao Governo — meio deslumbrado pela facilidade com que as suas primeiras medidas foram aprovadas — o empenho e a habilidade política para ampliar e reforçar as suas bases de apoio, tanto na sociedade como no Parlamento e nos partidos. Por outro lado, o Governo também não contava com uma base parlamentar e política suficiente para administrar efetivamente a crise no médio prazo, ainda que fosse do modo autoritário e tecnocrático como tentou fazê-lo. Sem uma adequada base de apoio, a simples vontade política não foi suficiente para manter o Plano à tona. No final de 1990, o Plano começou a fazer água e a naufragar.

9. De todo modo, não seria justo atribuir apenas a este Governo, toda a responsabilidade da grave crise que estamos atravessando. Para não falar nos governos que o precederam, a sociedade, as suas elites, classes políticas e dirigentes, tanto a nível nacional, quanto estadual e municipal, também têm uma grande parte de responsabilidade. Basta lembrar alguns fatos por todos conhecidos. Por exemplo: a) O combate surdo contra o aperto inicial de liquidez que implicou o Plano Collor I e cujos principais protagonistas não foram os pequenos poupadores, sem voz nem poder, que tiveram parte dos seus mo-

destos recursos bloqueados, mas sim os grandes investidores — e também especuladores — que imaginaram mil e um modos — não sempre lícitos — para liberar os seus Cruzados. b) A feroz resistência que os donos da indústria e do comércio ofereceram diante de qualquer tentativa para controlar os preços: remarcação ilegal de preços; substituição de produtos por outros praticamente iguais, mas com preços majorados; remoção de produtos das prateleiras dos supermercados; estoque de carros nos pátios das montadoras e redução na produção de modelos mais baratos, mesmo quando milhares de pessoas consorciadas esperavam pelo seu carro já pago, etc. c) As exageradas remuneração e mordomias que, com frequência se outorgaram os representantes eleitos da nação, a todos os níveis, em momentos de aperto e sofrimento para a maioria da população. d) Os gastos absurdos que realizaram governos estaduais e prefeituras municipais para financiar as campanhas dos seus candidatos nas eleições de 1990, no meio da recessão e de contínuos apelos a austeridade.

III — A VOLTA A REALIDADE DEMOCRÁTICA

10. No começo de 1991, o panorama nacional não era nada alentador: recrudescimento da inflação; arrocho salarial, recessão, desemprego, greves e crescente inquietação social; fracasso de todas as tentativas para chegar a qualquer tipo de consenso ou entendimento

nacional; descontentamento tanto à direita quanto à esquerda do espectro político; indecisão do governo sem saber exatamente onde procurar o necessário apoio político e parlamentar, sem comprometer os seus planos, nem sacrificar a sua tão almejada autonomia.

11. Vários fatores, porém, contribuíram para que os graves problemas conjunturais que estamos enfrentando fossem de novo e gradativamente colocados no contexto democrático em que vivemos e o Governo, isolado e cada vez mais desgastado, se visse forçado a aceitar e respeitar as exigências de uma convivência democrática, com as suas regras, os seus ritmos e prazos e todas as suas limitações e imperfeições.

12. Com o agravamento da crise econômica, cresceu a convicção de que medidas meramente técnicas e autoritárias, ainda que corretas e respondendo a necessidades reais, não são eficazes se não contam com um mínimo de apoio da coletividade e dos organismos que a representam. À medida em que aumentava a resistência dos atores econômicos e o risco de um conflito social generalizado, também aumentava a consciência da necessidade de uma abordagem menos autoritária e mais consensual que não poderia ignorar o grave problema da distribuição equitativa do ônus ou custo social do programa de estabilização e saneamento econômico e, eventualmente, o problema mais geral e profundo da distribuição de renda.

13. No início do ano, a situação da população assalariada, sobretudo da classe trabalhadora mais pobre que ganha até dois, três ou quatro salários mínimos e que constitui a vasta maioria da população brasileira, chegou a um ponto crítico. A prioridade da política conjuntural de combate à inflação se justificava porque de fato a inflação é um dos maiores inimigos das classes assalariadas e um dos principais fatores responsáveis da concentração crescente da renda. Mas com o reaparecimento da inflação e a política recessiva adotada pelo Governo, os salários, praticamente congelados e com o seu valor real drasticamente reduzido, sofreram um duplo ataque. Por um lado, uma inflação ainda relativamente baixa em comparação com os primeiros meses de 1990, mas crescente. Por outro, uma recessão que diminuía a atividade produtiva, provocava desemprego e sub-emprego, mas não conseguia derrubar os preços, em uma economia dominada por monopólios e oligopólios.

14. Até a classe empresarial e dirigente percebeu que se a situação se prolongasse, o perigo de uma convulsão social não poderia ser evitado. Nesse ponto, o Governo começou a ceder e abrir-se para o diálogo. A recente aprovação pelo Congresso, depois de muita negociação e discussão, dos projetos de conversão das Medidas Provisórias 294 e 295 — parte constitutiva do Plano Collor II — é o primeiro indício, ainda muito modesto e precário, de uma mudança de clima

nas relações entre Executivo e Legislativo, entre Governo e partidos. As propostas salariais desses projetos estão bem longe de responder às necessidades dos trabalhadores de baixa renda. Porém, o modo negociado como se chegou à sua aprovação e, em particular, o compromisso assumido para a elaboração de uma política salarial de mais longo prazo, marca o começo de uma tendência que poderia ser ainda revertida, mas que abre uma brecha, por pequena que seja, nos horizontes fechados desses últimos meses e alimenta de novo uma tênue esperança.

15. As eleições legislativas e para governadores de 1990, também contribuíram para moderar o reinado absoluto da política conjuntural do Governo. Embora a sua contribuição específica para a consolidação democrática do Brasil nos próximos anos possa ser colocada em dúvida, as eleições nos trouxeram de volta à realidade política que caracteriza o presente estágio de evolução democrática do Brasil, com toda a sua complexidade, divisões, incoerências e fragilidade.

16. A opinião pública tendeu a minimizar a importância e significado dos resultados dessas eleições e até a questionar a sua legitimidade, devido ao elevado número de votos brancos e nulos e de abstenções. Num estudo, realizado a nosso pedido, o Prof. Bolivar Lamounier mostra a complexidade das eleições de 1990 e os riscos de interpretações simplistas e apressadas: Foram eleições em grande parte centradas no cargo de

governador e, portanto, dominadas por considerações de ordem pessoal e política, a nível regional e estadual. A eleição de personalidades políticas de projeção nacional em Estados chaves (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), poderá condicionar e dificultar projetos governamentais de reestruturações do Estado, da economia e do setor público e até a revisão constitucional prevista para 1993, caso não for antecipada. A proximidade das eleições presidenciais de 1989, as condições econômicas adversas (inflação, recessão) e a perda de credibilidade no Legislativo nos políticos e nos seus partidos, explicam em parte a falta de interesse e a fraca participação do eleitorado. Porém o elevado número de votos brancos e nulos e de abstenções, têm também outras causas. Foi uma eleição complexa na qual deviam ser eleitos governadores, deputados federais e estaduais e senadores, entre centenas de candidatos, pertencentes à dezenas de partidos, coligados entre si de um modo diverso em cada Estado e também segundo o nível da eleição. Além do desinteresse e dos votos de protesto, essa complexidade também contribuiu para abstenções, freqüentes erros e a anulação de muitos votos.

17. O pleito eleitoral, como observa o Prof. Bolivar Lamounier, não resultou na clara aprovação ou reprovação do Governo que alguns esperavam, baseados ainda na crença de que o atual eleitorado brasileiro reage sobretudo ideologicamente: crença que as eleições presidenciais de 1989, já mostraram ser infunda-

da. As eleições de 1990 revelaram mais uma vez que o eleitorado brasileiro reage de um modo complexo. As dificuldades enfrentadas pelos planos econômicos, a volta da inflação e a recessão, certamente tiraram importantes votos do Governo, em particular em Estados de grande peso político e eleitoral. Partidos de esquerda saíram fortalecidos. O PT dobrou a sua bancada no Congresso. Porém, ainda que em menor grau, a direita também aumentou a sua presença parlamentar. As eleições de 1990, refletiram o fato de que o Plano Collor sem ter sido absolutamente um êxito, também não foi um claro fracasso. Pesquisas realizadas em dezembro do mesmo ano confirmaram esse diagnóstico: Naquela época, o Presidente contava com um forte índice de credibilidade ou confiabilidade (58%, segundo pesquisa do IBOPE citada na Folha de São Paulo de 14.12.90). Apesar da inflação e da recessão, a sua proposta modernizante e os seus planos de governo, mesmo na área econômica, tinham ainda mais defensores do que opositores: 36% contra 25% (Folha de São Paulo, de 19.12.90).

18. Porém, além dos motivos já mencionados, tudo parece indicar que o Congresso eleito em outubro de 1990 também forçará o Governo a sair do seu isolamento, a renunciar à sua cobiçada independência e a negociar, a não ser que o Governo decida continuar — o que não é provável — com a sua política autoritária de enfrentando, o que levaria a um impasse institucional de graves conseqüências. Em primeiro lugar, a intervenção relativamente limita-

da do Executivo nas eleições de 1990, deixa os parlamentares descomprometidos, mais livres para agir e vender caro o seu apoio. Em segundo lugar, o Executivo já não conta agora com os mesmos super-poderes e autonomia que, em nome da crise e da conjuntura, antes se atribuía. Por outro lado, o atual Congresso também não se sente mais refém da emergência como o anterior. Em terceiro lugar, existe uma maior consciência da necessidade de entendimento e consenso tanto no Governo, quanto no Parlamento e nas classes trabalhadoras e empresariais.

19. Acontecimentos recentes parecem confirmar a tendência do Governo de se abrir ao diálogo e do Parlamento de abandonar a sua inércia e assumir as suas responsabilidades. Por um lado, o Governo apresenta, não já uma nova Medida Provisória, mas um Projeto de Reconstrução Nacional, contendo numerosas e importantes propostas, algumas delas polêmicas, que seriam objeto de amplo debate por todos os segmentos da sociedade, antes de se concretizarem em medidas concretas ou projetos de lei. Nas palavras do Presidente, "o Governo propõe; o Governo não impõe". Por outro lado, o Congresso toma a iniciativa e cria um Fórum para o entendimento nacional. São mudanças de rumo que, se se consolidarem, podem contribuir para o processo de amadurecimento político e consolidação democrática.

IV — ALÉM DA CONJUNTURA

20. Há, sem dúvida, problemas conjunturais graves e urgentes co-

mo, por exemplo, a ameaça de uma inflação descontrolada, que exigem um tratamento prioritário, já que, além do seu impacto sobre a economia e as condições de vida da população, condicionam a solução de outros problemas e, se não forem resolvidos, podem colocar em risco o futuro da nação. A conjuntura, porém, não pode de tal modo dominar o cenário nacional ou assumir uma tal autonomia que nos faça perder de vista o contexto estrutural no qual se insere e os grandes objetivos que deveriam orientar e inspirar qualquer política, mesmo conjuntural. É importante que a sociedade esteja sempre bem consciente não apenas de onde vem, mas também para onde vai ou está sendo conduzida. Sem horizontes mais amplos que iluminem constantemente o presente e lhe dêem direção e sentido, não se pode esperar que a sociedade e, em particular, os mais pobres e necessitados, assumam livre e pacientemente os muitos e pesados sacrifícios que, em nome de um futuro ainda vago e mal definido, lhe são hoje exigidos.

21. Entre os grandes problemas do Brasil contemporâneo cuja solução deveria constituir o objetivo de qualquer plano ou política, apontaria três que de algum modo se sobrepõem e inter-relacionam estreitamente: a) O problema político que abrange a questão da consolidação democrática e da reforma do Estado. b) O problema social da pobreza e das vastas, profundas e injustas desigualdades que afligem a maioria da população brasileira. c) O problema

mais vasto relativo ao tipo ou modelo de sociedade que almejamos construir. Esse problema inclui não apenas as dimensões política e social, mas também outras dimensões e valores que deveriam constituir o alicerce da sociedade brasileira do futuro, inspirá-la e animá-la.

a) O problema político

22. É na área política onde se registrou maior progresso nesses últimos anos. Todos nos lembramos dos principais fatos que marcaram a passagem do regime autoritário e militar ao regime civil e democrático, sobretudo a Constituição de 1988 e as eleições diretas para Presidente da República em 1989. No período de 1990 a 1991, apesar do modo de proceder autoritário do Governo e da medíocre atuação do Congresso Nacional e da classe política em geral, podemos ainda detectar alguns avanços significativos no processo de consolidação democrática.

23. A democracia se reforça mediante mais democracia. Um dos instrumentos mais eficazes para a consolidação democrática são, sem dúvida, as eleições, mesmo quando essas eleições, como aconteceu no ano passado, sejam relativamente pouco "interessantes" ou monótonas e estejam ainda marcadas pelos vícios característicos de uma democracia e cultura política subdesenvolvidas. As eleições de 1990 se realizaram num clima democrático e pacífico, sem as sombras de possíveis golpes ou intervencionismos que pairavam, ainda que tenuamente, sobre eleições anteriores. Nesse contexto, é interes-

sante constatar o gradual recuo e deslocamento dos militares para posições que condizem mais com o papel que a Constituição lhes atribui. Esse papel poderia ainda ser melhor definido. Porém, a posição discreta adotada pelos militares neste último ano, constitui um grande avanço em comparação com o passado. Não se pode negar a significativa contribuição do presente governo para a gradual desmilitarização do Estado e da política. Também não houve nessas últimas eleições o elevado grau de participação do Presidente e dos seus colaboradores mais imediatos que caracterizou pleitos eleitorais no passado. Embora esse relativo absentismo tenha sido motivado por razões de ordem estratégica e política, não por isso deixou de contribuir para uma maior lisura do pleito, pelo menos a nível nacional, já que nos Estados houve até fraude envolvendo a justiça eleitoral.

24. A falta de diálogo franco e aberto entre o Executivo, a sociedade organizada, o Congresso e os partidos; o autoritarismo e emprego abusivo das Medidas Provisórias, mesmo considerando a situação de emergência em que o País se encontrava, não contribuíram de certo para a consolidação democrática: Isto é, não promoveram a participação livre e responsável dos atores econômicos, políticos e sociais na preparação e implementação das graves medidas que foram adotadas. Porém, nem tudo foi negativo. Parlamentares, partidos, órgãos e entidades representativas da sociedade ci-

vil se sentiram livres não apenas para questionar publicamente as medidas governamentais, mas até para mover ações judiciais contra elas: ações que às vezes resultaram em decisões contrárias ao Governo e que teve que respeitar e acatar.

25. Um dos principais componentes do Plano do Governo era a reforma do Estado: enxugando, racionalizando e moralizando o seu aparelho administrativo; aliviando o Estado de funções e tarefas que não lhe competem e recuperando a sua função pública, a serviço do bem comum. Algumas mudanças foram feitas na área administrativa, reagrupando Ministérios, diminuindo o número de funcionários, reprimindo o clientelismo, suprimindo regalias e mordomias, etc. Também o Governo iniciou um processo para liberar-se de empresas e autarquias que o oneravam excessivamente, do ponto de vista administrativo ou financeiro: algumas dessas empresas seriam simplesmente suprimidas; outras passariam para o controle privado.

26. Porém, na segunda metade de 1990 e início de 1991, depois de passado o fervor inicial e já sob o réinado da conjuntura, os planos do Governo para acabar com o Estado desenvolvimentista e para devolver à iniciativa privada o papel que nelas lhe atribuía, avançaram pouco ou quase nada. Podemos nos perguntar se em um país como o Brasil, com um grau bastante baixo de organização social, marcado por profundas desigualdades na distribuição da riqueza e do poder e por um ca-

pitalismo, sob certos aspectos, ainda selvagem, primitivo ou pouco "moderno", para usar a terminologia do Presidente, era realista esperar que mediante a desregulamentação e privatização da economia e a diminuição da função fiscalizadora e reguladora do Estado em áreas chaves, como a área salarial, o bem comum seria efetivamente promovido. De fato, em alguns pontos, o Governo teve que fazer marcha a ré, sobretudo ao perceber que não conseguia controlar os preços como gostaria e que, num período de recessão e desemprego, a livre negociação dos salários não deixa de ser uma ilusão, pelo menos para a maioria.

27. As tentativas do Governo com vistas a reestruturar e enxugar o aparelho estatal e diminuir a sua presença na área econômica e, sobretudo, o seu enorme e tenaz esforço em sanear e estabilizar a economia, não foram acompanhados por uma ação equivalente para recuperar a função pública do Estado e colocá-la a serviço do bem comum, senão para solucionar, pelo menos para abordar séria e sistematicamente o maior problema com que o Brasil se defronta, que é o problema social.

28. É evidente que — assim como em outras áreas — na área política os problemas não se solucionam sem a participação e colaboração dos responsáveis dos governos estaduais e das prefeituras. Nesse contexto, os resultados das últimas eleições não abrem muitas perspectivas e esperanças.

b) O problema social

29. O problema social brasileiro, com as suas múltiplas e dolorosas manifestações, no campo e na cidade, e as suas profundas raízes estruturais, está sempre presente, a não ser que fechemos os olhos para não ver toda a miséria que nos rodeia e não queiramos ouvir o clamor — com frequência surdo e sofrido, às vezes estridente e até violento — que se eleva do nosso povo. Nos Planos do Governo e no período que analisamos, esse problema também acabou sucumbindo ao reinado da conjuntura, passou de fato ao segundo plano ou ficou como um objetivo remoto: algo que a modernização do Brasil se encarregaria de ir resolvendo.

30. Durante esses últimos meses, até a grave questão salarial, como já vimos, foi sempre abordada e discutida em termos conjunturais, através de medidas paliativas que tinham como objetivo garantir ao paciente um nível mínimo de sobrevivência e não exatamente curá-lo ou, pelo menos, iniciar um tratamento eficaz que pudesse acabar um dia com a sua doença.

31. Devemos reconhecer que o problema social é um problema estrutural de longo prazo, cuja solução passa necessariamente por profundas e não fáceis mudanças de natureza sócio-econômica, sócio-política e sócio-cultural. Porém, também é um problema urgente que exige medidas imediatas para recuperar o poder aquisitivo das populações de mais

baixa renda, para diminuir o desemprego, para aliviar as situações de fome e de miséria, etc. Por esses motivos, era de se esperar que a dimensão social ocupasse um lugar de maior destaque na política governamental e se constituísse, por assim dizer, no Norte que daria direção e sentido às medidas de combate à inflação e de estabilização da economia. Dada a crise em que o Brasil se encontrava, não bastava simplesmente repetir que o inimigo número um da classe trabalhadora era a inflação e que a melhor política social era combatê-la, porque, como já constatamos, o pouco que se ganhava com a redução da inflação, se perdia por causa da recessão. Algo mais devia ser feito, até para garantir maior apoio popular para a política conjuntural do Governo.

32. No início do seu mandato, o Governo anunciou uma série de projetos de natureza social. Alguns deles não passaram de uma declaração de intenções. Um ou outro começou a ser implementado. O mais ambicioso, a campanha de alfabetização, está apenas se iniciando. Numa recente entrevista na TV, o Presidente Collor falou em iniciativas governamentais na área de saúde e para aliviar as populações afetadas pela seca no Nordeste (TV Bandeirantes, em "Cara a Cara", 03.03.91). Porém, até agora, nenhum desses projetos foi de tal envergadura ou impacto que contribuísse para amenizar substancialmente os efeitos da crise e, ao mesmo tempo, deixar claro, diante da opinião pública, que

a vontade do governo de dar prioridade à questão social era sincera. No início, também se falou em reforma agrária, em vastos programas de obras públicas e de moradia popular que, sem serem inflacionários, gerariam novos empregos e melhorariam as condições de vida dos setores mais afetados pela crise. Em relação à reforma agrária, o Ministério da Agricultura pretende já ter assentado mais de 100 mil famílias e atingir a meta de 500 mil, até 1995 (Folha de São Paulo de 07.03.91, 1º Caderno, p. 8). Porém, o fato do Presidente Collor ter assinado apenas em 06 de março deste ano o seu primeiro decreto de expropriação e de não ter nem sequer aludido à reforma agrária quando foi convidado a falar sobre a política social do Governo, na entrevista antes mencionada, indica que, fora da implementação de medidas já anteriormente tomadas, bem pouco foi feito nessa área. De fato a política social do governo foi praticamente soterrada pelo rolo compressor da sua política econômica de austeridade e de emergência. Apenas recentemente, no contexto do seu Projeto de Reconstrução Nacional, o Governo anunciou o início de uma retomada do desenvolvimento, mediante a liberação de algumas verbas na área social.

33. Não queremos insinuar com isso que as medidas conjunturais do Governo, na área econômica ou em outras áreas não tenham nenhuma conotação social. É evidente que medidas destinadas a conter a inflação, reduzir o déficit público, reprimir a

especulação financeira e os abusos de poder econômico, combater os cartéis, monopólios e oligopólios, etc., podem resultar eventualmente, se forem eficazes, em uma efetiva redistribuição da renda e também oferecer ao Governo a possibilidade, uma vez controlada a crise, de recuperar a sua função pública na esfera social. Porém, os efeitos sociais e redistributivos dessas medidas não são sempre imediatos. Podemos nos perguntar portanto se, dada a gravidade da problemática social e a fragilidade da nossa incipiente democracia, o caminho adotado pelo Governo pode responder, adequadamente e antes que seja tarde demais, às expectativas de maior justiça social da sociedade brasileira: expectativas contidas e reprimidas durante tanto tempo.

34. Em pleno reinado da conjuntura, os meios de comunicação social divulgaram uma série de dados estatísticos sobre a situação social no Brasil, procedentes de diversas fontes: IBGE, Banco Mundial, pesquisas realizadas nos meios universitários, etc. Sem revelarem nada que não fosse de algum modo já conhecido, esses dados serviram para sublinhar a dura realidade em que vivemos e que a conjuntura nos fazia às vezes esquecer. A distribuição da renda no Brasil está entre as menos equitativas do mundo. Só perde para Honduras e Serra Leoa e a concentração da renda em lugar de diminuir, só continua crescendo (IBGE, PNAD/1989. Ver comentários nas Revistas VEJA e ISTO É SENHOR de 21.11.90).

O número dos pobres aumentou em mais de 43% em apenas 6 anos: de 1981 a 1987 (Relatório do Banco Mundial de 1989, Jornal do Brasil, 22.08.90, 1º Caderno). Calcula-se que ao redor de 15 milhões de crianças vivem nas ruas (UNICEF. ISTO É SENHOR, 26.12.90, p. 49) e que mil morrem diariamente, antes de chegar aos 4 anos de idade (Folha de São Paulo, 19.12.90). Enquanto os salários da classe trabalhadora brasileira continuam entre os mais baixos do mundo, a margem de lucro obtida pelos empresários alcança níveis elevadíssimos (52%) em comparação com outros países. Junto com o Kuwait, país cuja economia, ligada ao petróleo, tem baixa participação dos salários, o Brasil é o país em que os salários têm a menor participação no PIB: Apenas 17%, contra 50% na Alemanha e na Índia, 46% na Espanha, 42% em Portugal, 41% nos Estados Unidos e 34% no Japão (Segundo a pesquisa do Economista João Eduardo Furtado sobre rentabilidade, margens de lucros e salários, dada a conhecer no Jornal do Brasil de 19.11.90, 1º Caderno).

35. Não é preciso multiplicar aqui os dados estatísticos, porque todos os senhores já tiveram certamente acesso a esses e outros dados, através da imprensa ou da TV. Além do mais, o texto da Campanha da Fraternidade deste ano também nos fornece uma grande abundância de informações e estatísticas sobre as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras brasileiras, que colocam mais uma vez em evidência

a injustiça que ainda marca a nossa sociedade.

36. Para todos aqueles que, como os senhores desempenham a sua função pastoral no interior do país, em contato diário com os problemas do campo, ou nas grandes cidades com as suas favelas, cortiços e populações marginalizadas, todas essas estatísticas têm nomes e rostos bem concretos e se traduzem em termos de famílias famintas e sem moradia, de crianças subnutridas e abandonadas, de conflitos pela posse de um pedaço de terra para cultivar ou de solo para construir um barraco; em termos de violência e mortes que, infelizmente, ainda ocorreram, e em grande número, nos últimos doze meses.

37. Não tudo, porém, piora no Brasil. Estatísticas também revelam que no último decênio houve importantes melhorias: apesar de ser ainda muito elevada, caiu substancialmente a taxa de mortalidade infantil; diminuiu o número dos analfabetos; melhorou a situação econômica das mulheres assalariadas, embora a discriminação continue; aumentou o grau de escolaridade e também o número de moradias com luz, água encanada, fogões, geladeiras e outras utilidades domésticas (IBGE, PNAD, 1981-1989). A situação social, contudo, continua trágica e explosiva devido sobretudo às profundas e crescentes desigualdades entre classes sociais, setores econômicos e regiões: De um lado, há condições de vida infra-humanas e uma pobreza extrema; do outro lado, desperdício e esbanjamento de recursos e uma riqueza

za supérflua e ostensiva. São esses escandalosos contrastes que tornam o problema social ainda mais iníquo e a sua solução ainda mais urgente.

38. Em 1990, de 450 membros da elite brasileira que foram entrevistados, 85% julgavam que se, nos próximos dez anos, não se remediasse substancialmente o problema da pobreza e não se reduzisse a profunda brecha entre ricos e pobres, uma convulsão social era provável, muito provável, ou certa. (IDESP, "As elites e a Modernização do Setor Público", Relatório de Pesquisa, São Paulo, 1990). Dez anos antes, o Papa João Paulo II já nos colocava diante do mesmo dilema: "A realização da justiça... ou se faz através de reformas profundas e corajosas, segundo princípios que exprimem a supremacia da dignidade humana, ou se faz — mas sem resultado duradouro e sem benefício para o homem... — pelas forças da violência" (Pronunciamento de João Paulo II "Aos Construtores da Sociedade Pluralista de Hoje", Salvador, BA, 07.07.80, n. 39).

c) O projeto de sociedade

39. O Presidente Collor tem falado em várias oportunidades, ainda que em termos bastante genéricos, sobre o seu projeto de sociedade para o Brasil do futuro: Seria uma sociedade "moderna" e próspera, baseada na iniciativa privada numa economia de mercado aberta e competitiva. O Estado, liberado da sua missão desenvolvimentista, poderia dedicar-se à sua função pú-

blica e social, sobretudo em áreas como saúde, educação básica, moradia popular, projetos de saneamento e infraestrutura em benefício de regiões e populações mais carentes, etc. A “modernização” que o Governo defende acabaria tanto com a hipertrofia e intervencionismo do Estado, quanto com tudo o que é considerado atrasado ou arcaico na sociedade brasileira contemporânea, em particular na área econômica: protecionismos e subsídios desnecessários, cartéis, lucros exagerados e injustificados, privilégios que usufrui o capital financeiro e especulativo em relação ao capital produtivo, etc. A moralização da vida e administração pública através do combate à corrupção, às mordomias, ao fisiologismo, ou troca de favores, também seria parte integrante dessa pretendida “modernização” da sociedade. A justiça social constituiria decerto um dos componentes essenciais do Brasil moderno. Porém, seria também e sobretudo através da “modernização” que essa justiça seria alcançada: Salários miseráveis, favelas, analfabetismo, altos índices de mortalidade, etc., num país rico em recursos, são sinais de atraso e não condizem com as exigências de uma sociedade moderna e avançada.

40. Embora os aspectos políticos e sociais não estejam ausentes do projeto de sociedade apresentado pelo Presidente Collor, a modernidade sobre a qual se nos fala, centrada sobre a iniciativa privada e a economia de mercado, é eminentemente de natureza econômica e de cunho neo ou, nas palavras do Presidente, “só-

cio-liberal”. De fato, na entrevista da TV antes citada, o Presidente não apenas usou essa expressão, mas, num dado momento e em tom um tanto enigmático, afirmou que para ele socialismo e liberalismo não eram termos excludentes.

41. Há aqui um aspecto importante que seria preciso esclarecer porque tem implicações doutrinárias, do ponto de vista do ensinamento social da Igreja. A economia de mercado é um conceito essencialmente econômico que se opõe à economia centralizada e planejada de inspiração coletivista ou marxista e que pode assumir — e de fato hoje assume — diversas formas, mais ou menos “liberalizantes” ou “socializantes”, todas elas compatíveis com a “modernização” pregada pelo Presidente Collor. Porém, o que define um projeto de sociedade não é apenas o seu regime econômico, menos ainda apenas a economia de mercado, mas a concepção ou filosofia social e política que o inspira.

42. Do ponto de vista de uma antropologia cristã, um projeto de sociedade não se pode basear simplesmente sobre o conceito de liberdade, nem apenas sobre o conceito de igualdade, como alguns pretendem. É na dignidade da pessoa humana que as exigências de liberdade e de igualdade ou justiça social se conciliam e harmonizam; e é mediante a solidariedade que a dignidade humana, de todos e de cada um, é defendida e promovida, como nos lembra o lema da Campanha da Fraternidade deste ano. Para a Igreja, à luz dessa dignidade humana e das

suas exigências, os conceitos de democracia, desenvolvimento ou "modernização" não seriam verdadeiros nem aceitáveis se não defendessem e promovessem efetivamente a crescente PARTICIPAÇÃO de todos, particularmente das classes mais numerosas e necessitadas, na vida econômica, social e política da sociedade. Nesse contexto, o projeto "modernizante" do Presidente Collor apresenta ambigüidades e os primeiros passos que foram dados para implementá-los não favoreceram decerto a ascensão a ascensão e maior participação das classes mais pobres e desprovidas que constituem a maioria da nossa população.

43. Também, do ponto de vista da Igreja, um projeto de sociedade definido em termos de "modernização" não deixa de apresentar sérias dificuldades, já que o desenvolvimento não apenas econômico, mas também social e político das chamadas nações modernas, não vai sempre acompanhado de um correspondente progresso em outras áreas que também são de fundamental importância numa perspectiva cristã da convivência humana. Não repetirei aqui o que já foi dito a esse respeito no documento "Sim à vida, não à morte", do Conselho Permanente da CNBB, divulgado em novembro do ano passado (26ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, Brasília, 23.11.90), mas me limitarei a sublinhar que é com freqüência nas sociedades mais "modernas" onde se manifesta com mais força aquela "insatisfação radical", aquela perda do sentido último das coisas e da pró-

pria existência humana, sobre as quais nos fala João Paulo II na "Sollicitudo Rei Socialis" e na sua última Carta Encíclica "Reremptoris Missio" (S.R.S., n. 28; R.M., n. 2,59).

V — A MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA

44. Do ponto de vista cristão e sem negarmos os aspectos positivos que o projeto de Governo sem dúvida contém, hoje a sociedade brasileira precisa não tanto se "modernizar", quanto se "humanizar", no sentido pleno que essa palavra encerra para nós. Nesse contexto, as problemáticas que pelo seu impacto e extensão mais preocupam à Igreja e sobre as quais ela se tem pronunciado em numerosas ocasiões, continuam sendo: a) A problemática "social", com as suas raízes estruturais de ordem econômica e política, que afeta sobretudo os mais pobres e fracos: a questão da justiça social, dos direitos civis e sociais, do Estado e da política a serviço do bem comum. b) A problemática de valores humanos, espirituais e morais, hoje em crise, que sem estarem sempre e diretamente relacionados com a justiça social como tal, são todavia essenciais para a sociedade mais humana, justa e fraterna que almejamos. É a problemática de uma sociedade minada pelo materialismo, consumismo e hedonismo, e cada vez mais destituída de horizonte éticos e de verdadeiro sentido. Para distingui-la da problemática "social", podemos chamá-la de "cultural", embora a injustiça seja também uma das expres-

sões da nova cultura, do nosso estilo e modo de vida em comum.

45. Existe uma terceira problemática que atinge as relações da pessoa humana com a natureza e que encontra hoje, na rápida emergência dos movimentos ecológicos ou ambientalistas, uma das suas expressões mais significativas. No Brasil, uma série de fatores tem contribuído para colocar essa questão em primeiro plano. As nossas reservas ecológicas estão entre as maiores do mundo, mas esse patrimônio está sendo constantemente depredado. A Constituição de 1988, deu à preservação da natureza e do meio ambiente particular realce. O atual Governo também tem mostrado interesse e preocupação por esses problemas e, em junho de 1992, o Brasil acolherá a II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: a ECO/92. O assassinato do líder seringueiro Chico Mendes teve grande repercussão internacional.

46. A Igreja começa a estar presente nessa área, ainda que com uma certa timidez e atraso, por medo, talvez, que a questão ecológica coloque em segundo plano problemas que considera ainda prioritários. Porém, o interesse crescente que essa nova problemática desperta no mundo inteiro, particularmente entre os jovens, a transforma num "sinal dos tempos" que não pode ser ignorado, nem interpretado como um simples escapismo. Apesar da ambigüidade e fragilidade que, como toda problemática emergente, a questão ecológica ainda revela, essa nova sensibili-

dade possui características próprias que devem ser atentamente discernidas, já que, além do valor que em si mesmas têm, podem constituir uma preciosa mediação para melhor compreender e resolver os outros problemas que nos preocupam, tanto na área social como cultural.

47. Cada uma dessas três problemáticas tem características próprias e exige abordagens pastorais adequadas. Porém, essas diversas dimensões da nossa realidade não são estanques, mas se interrelacionam, se sobrepõem e, em parte, coincidem, porque os valores "evangélicos" que estão em jogo ou são praticamente os mesmos, ou se complementam, iluminam e enriquecem mutuamente, no contexto do desenvolvimento integral da humanidade que a Igreja defende e promove. É a visão da realidade inspirada na fé que constitui o denominador comum de problemáticas que para nós estão simbolizadas pelos binômios: "fé-justiça", "fé-cultura", "fé-natureza".

48. Não podemos, portanto, fechar-nos dentro de uma dessas problemáticas, esquecendo ou ignorando os valores que estão presentes nas outras. Do contrário, privar-nos-íamos do horizonte mais amplo que precisamos para testemunhar o Reino em toda a sua integridade, novidade e radicalidade. A Igreja no Brasil sempre sublinhou, através das suas "Diretrizes Gerais", a necessidade de integrar em cada pastoral todas as "dimensões" ou "linhas" que compreende o objetivo geral da sua ação pastoral. De fato, existe sempre o perigo de que uma dimensão

determinada se transforme numa área específica de ação, sem constante referência às outras linhas ou dimensões e ao mesmo objetivo geral que as inspira.

49. A nossa missão profética e transformadora em relação a essas problemáticas é fundamentalmente a mesma: anunciar, denunciar, curar, perdoar, formar. O anúncio alegre e esperançoso da salvação e libertação que Jesus Cristo gratuitamente nos oferece e que, à luz da fé, reconhecemos como de algum modo já presentes nas mesmas realidades que somos chamados a evangelizar, é também denúncia e chamado à conversão (Redemptoris Missio, n. 20, 28): denúncia serena e corajosa do mal sob todas as suas formas (Ibid., n. 15) e chamado à mudança, tanto individual como coletiva, tanto pessoal como estrutural. Porém, como Jesus Cristo, não nos podemos limitar a simplesmente anunciar e denunciar. A conversão, a mudança são processos que exigem um paciente e contínuo trabalho de acompanhamento e formação, em função dos objetivos de longo prazo que queremos alcançar. Do contrário, também nós ficaríamos reféns da nossa conjuntura ou política pastoral de curto prazo e, de repente, poderíamos nos encontrar diante de um futuro e de uma sociedade que não esperávamos e bastante distintos dos que imaginávamos.

50. A luz dessas problemáticas e no contexto da atual situação nacional, com os seus aspectos conjunturais e estruturais, e do projeto modernizante de sociedade que nos es-

tá sendo proposto, a Igreja enfrenta hoje um grande desafio: Como superarmos o grave problema social, evitando ao mesmo tempo os problemas ou "anti-valores" que sociedades aparentemente mais avançadas, e até mais justas e participativas, hoje apresentam? Esses problemas e anti-valores estão cada dia mais presentes na nossa sociedade. Sabemos que se trata de uma questão complexa e que, dada a estreita interdependência entre as diversas dimensões da realidade, a nossa ação evangelizadora, para ser verdadeiramente eficaz, deverá se desenvolver, simultaneamente, em diversas áreas e a diversos níveis. Sabemos que a solução do problema "social", não nos levará de per si à solução do problema "cultural", do mesmo modo que a solução apenas do problema "cultural" não resultará automaticamente na solução do problema "social". Porém, existem modos de presença e de atuação em cada uma dessas áreas ou problemáticas que podem favorecer ou dificultar a inter-relação e mútuo enriquecimento entre elas e uma abordagem mais integrada dos problemas que hoje nos preocupam.

51. Limitar-me-ei a apontar aqui algumas das prioridades da nossa ação profética e transformadora numa dessas grandes áreas ou dimensões — na área social — sublinhando, ao mesmo tempo, algumas condições ou critérios para que essa ação se desenvolva de tal modo que se abra aos valores presentes nas outras áreas e possa assim contribuir para uma pastoral de conjunto mais coerente e harmônica:

a) O nosso objetivo de longo prazo, na área social, é uma sociedade baseada sobre ideal cristão de comunhão: Uma sociedade que pronuncie, antecipe e comece a encarnar, aqui e agora, o ideal do Reino. Hoje o maior obstáculo para que essa comunhão se realize é a falta de amor e de justiça que se manifesta nas desigualdades existentes, na falta de uma EFETIVA e EQUITATIVA PARTICIPAÇÃO da maioria da nossa população na área sócio-política e sócio-econômica. É bom tudo o que favoreça e é ruim tudo o que negue ou impeça essa participação.

b) Embora imperfeita, a melhor expressão da comunhão no plano sócio-político ainda é a democracia, através de uma participação cada vez maior, mais livre e responsável, na vida pública e política, sobretudo dos setores majoritários e mais pobres da nossa população. Não se trata apenas do tamanho, mas também da qualidade da democracia. Portanto, a luta nobre para ampliar a base real da participação, deve estar acompanhada hoje de um grande esforço na formação de todos, ricos e pobres, para uma convivência democrática cada vez mais aprimorada, madura e responsável, baseada no mútuo respeito e reconhecimento do outro, da sua dignidade e dos seus direitos, à luz de uma concepção cristã da sociedade, do Estado e o do bem comum.

c) Não pode haver verdadeira comunhão se persistirem as profundas e injustas desigualdades hoje exis-

tentes na distribuição dos recursos e das oportunidades na área sócio-econômica. A nossa principal preocupação não é o mero progresso material ou mesmo social como tal, mas a supressão de uma situação injusta que reduz muitos a um estado de pobreza e miséria, fere a dignidade da pessoa humana, e impede o relacionamento fraterno e a verdadeira convivência social. "A libertação e salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais" (Redemptoris Missio, n. 14). Nesse contexto, apontaria, entre outros, três problemas graves e urgentes que mereceriam prioridade e sobre os quais a Igreja deveria continuar se manifestando, clara e inequivocamente: 1) A injusta remuneração do trabalho humano: Os salários deveriam absorver uma porcentagem cada vez maior no nosso produto nacional. A situação atual dos salários da maioria da classe trabalhadora, em relação com a rentabilidade e margem de lucro das empresas, é escandalosa. 2) Não haverá paz no campo até que não se corrijam e melhorem, mediante uma reforma agrária e uma política agrícolas adequadas, a iníqua distribuição da terra e da propriedade e as condições de vida da população rural de baixa renda. Não é por motivos meramente econômicos mas sobretudo humanos e sociais que a Igreja defende a reforma agrária. 3) Não teremos famílias física e moralmente sadias, se não se resolver gradativamente o problema da moradia popular, sobretudo urbana. Não se deve subestimar o efeito dignifican-

te que tem sobre a família uma moradia decente. Apesar da complexidade e magnitude do problema, o descaso de sucessivos governos nessa área não se pode justificar.

d) É evidente que mudanças substanciais na partilha do poder e da propriedade, e nas relações entre capital e trabalho, não se realizarão no Brasil sem tensões, conflitos e lutas. João Paulo II fala na “antinomia secular” entre o mundo do capital e do trabalho: Antinomia que somente pode ser superada mediante mudanças que garantam o primado do trabalho do homem sobre o capital (L.E., n. 13). A comunhão não implica que as tensões e os conflitos devam ser ignorados ou negados, mas sim superados na justiça e na solidariedade. As lutas devem ser “nobres”, mas não por isso deixam de ser lutas. Porém, não nos toca a nós incentivar as tensões e os conflitos, mas contribuir para superá-los. Esse princípio aplica-se de um modo especial quando se apela ao uso da violência. Hoje cresce no mundo, particularmente entre os jovens, a recusa de qualquer tipo de força ou violência como meio adequado para resolver os conflitos. A guerra do Golfo revelou mais uma vez essa tendência e os movimentos ecológicos também a confirmam. A maior sensibilidade das novas gerações em relação à agressão que hoje se comete contra a natureza, tanto animada como inanimada, poderia ser o caminho escolhido por Deus para despertar de novo a nossa sensibilidade para com a pessoa humana, hoje tão violentada no seu cor-

po e no seu espírito, nas cidades e no campo.

e) Não se resolverá o problema “social”, nem o problema “cultural”, se não mudar radicalmente a relação do ser humano com os bens materiais. Por isso é importante frisar que o nosso ideal de sociedade não se define simplesmente pelo nível material de vida, a renda per capita ou os salários elevados, mas em primeiro lugar pela qualidade das relações humanas e pelo grau de solidariedade, fraternidade e comunhão que as caracteriza. Todas as outras coisas, incluindo a “modernização” da sociedade, têm valor na medida que sustentam e contribuem para aperfeiçoar aquelas relações. Ainda mais. Mesmo num país tão marcado pela pobreza e a destituição, não podemos deixar de testemunhar, com obras e palavras, o ideal evangélico de simplicidade, austeridade e renúncia. A pobreza de espírito é uma virtude que todos precisam; sobretudo aqueles que têm muito, mas também aqueles que têm pouco ou quase nada, mas aspiram a ter mais. É também para nós uma condição necessária para abrir-nos aos outros e aos valores superiores de ordem moral e espiritual. Hoje, o conceito mesmo de um desenvolvimento “sustentável” (“sustainable development”) — isto é, que responda às necessidades do presente sem comprometer o futuro — comporta uma certa simplicidade de vida e moderação no uso dos recursos disponíveis. De novo, a problemática ecológica pode ajudar-nos a recuperar o verdadeiro sentido dos bens criados,

da sua destinação universal e do "domínio" que sobre eles nos teria sido conferido. A natureza não pode ser simplesmente "usada e abusada", não apenas porque todos precisamos dela para preservar e melhorar a qualidade da nossa vida neste mundo, nem somente porque os seus recursos são limitados e não sempre renováveis, mas também porque existe uma ordem que deve ser respeitada (Sollicitudo Rei Socialis, n. 34). Numa perspectiva cristã, e não apenas franciscana, a natureza existe não só para ser "possuída" ou "dominada", mesmo responsabilmente, mas também para ser admirada, contemplada, e para chegarmos através dela até o seu Criador. Diante de uma situação de pobreza generalizada, de salários miseráveis, de greves que se multiplicam, de violência e assassinatos, falar em simplicidade de vida, pobreza de espírito, comunhão e contemplação, poderia parecer senão uma cruel ironia, pelo menos uma imperdoável ingenuidade. Contudo, são esses ideais que deveriam também inspirar e iluminar a nossa luta nobre e diária por um Brasil mais humano e mais justo.

52. Se a nossa análise da realidade revelasse apenas o pecado, a sua lógica de morte e destruição, não haveria lugar para a esperança. Porém, a nossa visão, iluminada pela

fé, reconhece nessa mesma realidade, dura e violenta, os sinais inconfundíveis do Reino que se aproxima: o dinamismo divino sempre presente e transformando a história (Redemptoris Missio, n. 15); a ação do Espírito que "com admirável providência dirige o curso dos tempos e renova a face da Terra" (G.S., n. 26). Construir o Reino significa, sim, trabalhar para a libertação do mal, sob todas as suas formas, assumindo os pesados riscos que isso comporta. Significa também resgatar e valorizar tudo o que há de bom, nobre e verdadeiro: a misteriosa coragem dos que lutam dia após dia contra a pobreza e as adversidades, sem nunca perder a fé; o legítimo orgulho de crianças e adolescentes por terem os seus direitos, senão sempre respeitados, pelo menos oficialmente reconhecidos; o testemunho exemplar dos que combatem incansavelmente, sofrem e morrem por causa da justiça; o gesto fraterno e solidário de quem partilha generosamente o pouco que tem; a crescente consciência da sua dignidade que anima o trabalhador brasileiro; a alegria e os cantos das nossas comunidades celebrando a realidade sempre presente da Páscoa... Construir o Reino significa combater o pecado, chamar à conversão e à mudança. Também significa sanar, perdoar e infundir esperança. □

A missão é um problema de fé. É a medida exata de nossa fé em Cristo e no seu amor por nós, *Redemptoris Missio*, nº 11.

AUTOBIOGRAFIA E OS ESTILOS BÍBLICOS

*Dois mistérios encerram nossa globalidade:
a entrada misteriosa na existência
e o mistério final de nossa vida. A ação
divina oculta nestes mistérios, fica bem de lado.*

P. Victoriano Baquero, SJ

Rio de Janeiro, RJ

INTRODUÇÃO. Nas autobiografias de tipo ocidental, geralmente, descrevemos o que aparece no nosso comportamento externo, porém pouco ou nada informamos do que acontece por dentro de nós. Cada ser humano fica enclausurado num parêntese que se abre com a entrada misteriosa da existência e se fecha com o mistério final da vida. Dois mistérios encerram nossa globalidade; entrada e saída na vida. O mistério da ação divina, oculto nos mistérios da vida humana, fica bem de lado. Essa é uma das diferenças entre o modo de pensar da mentalidade ocidental daquela oriental e bíblica. Nós pertencemos ao mundo da secularização e aqueles ao mundo da Bíblia. Estes apelam para os estilos bíblicos, entre eles, o midráshico, no intuito de penetrar e desvendar a ação divina sobre a vida do homem. Os Salmos 138; 8,6-7; 143,3-4 e

outros semelhantes nos abrem pistas para podermos aproximar-nos da mentalidade oriental bíblica.

Como poderemos tornar-nos mais bíblicos sem deixarmos o valor do mundo secularizado? Como introduzir na nossa vida cotidiana um pouco do "sal da terra" bíblica que nos faça saborear a presença do Deus vivo atuante, também, no tecido histórico das nossas existências? O Deus do AT terá deixado de agir nos homens do Novo Testamento? Se Deus é o mesmo, será que sua ação mudou de estilo? Se Lucas escrevesse o meu evangelho, minha vida, não usaria os mesmos recursos que usou para narrar o seu terceiro Evangelho? O que ele não pode fazer, não o poderemos nós fazer? O que impediria imitar Lucas? Os estilos bíblicos foram e são modos válidos de Deus se comunicar com os homens. Se valeram

no passado por que não terão valor no presente?

1. *ESTILOS BÍBLICOS*. Uma coisa é a doutrina revelada e uma outra é o modo de ser comunicada essa doutrina. Isso mesmo acontece com a transmissão de ideologias humanas políticas, econômicas, filosóficas, etc. O conteúdo, talvez, seja o mesmo, porém o modo é diferente, segundo o modo cultural de ser dos escritores.

1.1. *ESTILOS BÍBLICOS DO ANTIGO TESTAMENTO*. As formas narradoras da mensagem divina é bem semelhante às formas religiosas dos tempos em que o AT foi escrito. Encontramos formas diretas de Deus contar os fatos acontecidos, como na criação do homem: "Façamos o homem à nossa imagem e semelhança." Esta verdade indica que o homem foi a criatura principal da criação divina. A forma narradora é colocada na boca de Deus. Este método possui uma força especial de convicção para firmar a fé. Tal método coloca toda sua força na "autoridade divina revelante". Moisés e os profetas sempre que propõem modos de agir para que o povo os viva, os coloca nos lábios de Deus ou os rubrica com a expressão consagrada: "O Deus onipotente diz": É um modo antropológico de Deus se comunicar com o homem. O conteúdo é a verdade revelada e a maneira é o modo bíblico que depende do autor e dos chavões estabelecidos como carimbos da autenticidade divina. Os profetas bíblicos usaram

os mesmos modos literários dos profetas das religiões existentes no seu tempo. O que pretendo salientar é o poder literário psicológico que possuem tais recursos para comunicar e conservar a fé. Foram recursos usados milhares de anos como transmissores da tradição religiosa e ainda hoje ecoam profundamente no coração do homem ocidental que é altamente secularizado. Pretende-se resgatar o valor pedagógico dos estilos bíblicos para revelarem, alimentarem e conservarem o conteúdo da fé.

1.2. *IDENTIFICAÇÃO COM AS PERSONAGENS*. Este recurso literário é universal e, por isso, antropológico. Os grandes dramaturgos, desde Sófocles até os mais atuais, usam o processo de se identificarem com cada uma das personagens do seu drama. Falam, sentem, pensam e agem como as personagens da obra. Isso exige a identificação psicológica. Pois bem, esse mesmo método é usado na Bíblia pelos seus autores sagrados. Tentemos fazer nós o mesmo ao escrevermos ou meditarmos sobre a nossa biografia e descobramos o agir de Deus em nós e dentro de nós.

1.3. *O ESTILO MIDRÁSHICO*. Entre as inúmeras formas bíblicas está a forma midráshica. Falemos um pouco sobre este recurso literário bíblico:

a) *IDENTIFICAÇÃO*. Etimologicamente procede do hebraico: "darash", que significa investigar, penetrar, buscar. Consiste numa narração livre e enfeitada, geral-

mente, com fundamentos históricos. É sustentada e explicitada na base de citações do AT, com a intenção de atualizá-las mediante fatos acontecidos posteriormente. Um fato que se realiza no presente, por exemplo, no Novo Testamento, é iluminado por citações do AT. O fato presente tem, no passado bíblico, um outro correlato e semelhante. Por exemplo, a profecia de Malaquias (3,1ss; 4,1, 5-6) é utilizada por Lucas para desvendar o mistério acontecido na Encarnação de Cristo. Em geral o midrash tem uma base histórica ao redor da qual são trazidos fatos do passado bíblico que iluminam o presente.

b) *ESPÉCIES DE MIDRASH.* O tipo de referências é que dá a tipologia dos midrash. Temos o HAGGÁDICO, quando a relação do presente com o passado é doutrinária; HALAKICO ou legal, quando o relacionamento é da Lei passada com a Lei presente; PESHER ou profético quando o relacionamento se dá entre as profecias do passado e do Evangelho.

Uma outra classificação depende do modo de usar as citações: midrash antológico em que são trazidas várias citações bíblicas do AT para ampliar, comentar e esclarecer fatos do NT; Midrash mosaico em que o uso antológico forma uma figura mosaico por associação seletiva, mais do que por lógica; midrash-comentário que partindo de um texto bíblico passa-se, por comentários, a uma explicação mais ampla. Outra classificação que, no

fundo, repete as anteriores é: Midrash alusivo em que a narração presente remete, alude, a um fato do passado. Por ex., a mulher na boca de Cristo remetendo à mulher do Gênese que esmaga a cabeça da serpente. Midrash-transferência em que a realidade afirmada no AT é referida num fato do NT. Por exemplo: Javé mora no meio de Sião. Esta passagem é transferida para o fato de Maria, a nova filha de Sião, guarda no seu seio Javé e esse Javé-Deus é o Cristo encarnado. A passagem do AT revela que o Cristo é igual a Javé, que é Deus. É um midrash haggádico.

2. *O PROCESSO MIDRÁSHICO NA INFÂNCIA DE JESUS.* O método narrativo da infância de Jesus está montado sobre reminiscências ambientais históricas e o recurso midráshico alusivo e de transferência. A base deste midrash é a profecia de Malaquias (3,1ss; 4,1,5-6). Deste modo a infância de Jesus fica enriquecida com um conteúdo teológico (haggádico) profundo e excepcional. O profeta prediz a vinda escatológica de Javé sobre o seu povo. Porém, antes enviará seu mensageiro (Mal 3,1ss; 4,5) que tem a missão de preparar o "caminho do Senhor diante de Mim" Mal 3,1. Após a preparação virá o Senhor, Javé, ao seu templo a quem buscais". Isso dará base para desvendar o mistério do Cristo encarnado como sendo o Javé no seio de Maria. Lucas se serve de citações do AT para iluminar o mistério presente do Deus feito homem.

2.1. O GÊNERO LITERÁRIO DAS ANUNCIACÕES NO ANTI-GO TESTAMENTO. Lendo atentamente a biografia das grandes personagens bíblicas vamos descobrir que, em todas elas, há um esquema literário predeterminado. É o que acontece também nas biografias de personagens ocidentais. Analisando as anunciações de Isaac (Gên 16,17); de Moisés (E 3-4); Gedeão (Juízes 6,15); Sansão, Juízes 13ss e nas anunciações de João Batista e de Jesus encontramos o mesmo esquema. Isto parece que nos está desvendando o mistério de todo ser humano. Aqui parece ter mais significado aquele aforismo latino: "ab uno disce omnes". Conhecendo um da espécie, podes saber como são os outros. Os casos bíblicos não são exclusivos, mas assertivos. Como se a narração de um fosse paradigma de todos. O Deus do passado nos mostra como age no presente, pois o Deus do passado é o mesmo do presente. Mil anos para Ele são como um dia.

2.2 AS ANUNCIACÕES LUCANAS. Lucas, na base das anunciações do passado, narra as entradas na existência humana das personagens de João e de Jesus. O esquema seguido é o seguinte:

- a. Aparição do anjo enviado por Deus (Lc 1,8; 1,28).
- b. Reações afetivas humanas. Maria se perturba (Lc 1,13; 1,29).
- c. Palavras tranqüilizadoras do anjo (Lc 1,13; 1,30).
- d. Mensagem do anjo. Anúncio

da Encarnação, do nome, da missão (Lc 1,13; 1,31-33).

e. Objeções, empecilhos percebidos pelo receptor da mensagem (Lc 1,18; 1,34).

f. Confirmação final e garantia de um sinal prodigioso como prova (Lc 1,19-20; 1,35-36).

Se compararmos as anunciações das grandes personagens do AT e as do NT encontramos o mesmo esquema fundamental e até expressões semelhantes. A repetição da anunciação está a nos dizer que a nossa, também, seguiu um esquema semelhante e que nós devemos descobrir a partir das anunciações conhecidas. Tudo isto nos convida a vermos a nossa biografia sob a angulação midráshica e bíblica. Seria como que pedir a Lucas que narrasse a nossa existência com os mesmos recursos com que narrou a biografia de Jesus. O nosso ser humano é, fundamentalmente, como o de João e de Jesus. Daí podermos ver que o modo de Deus lançar-nos na órbita da existência é o mesmo com que colocou no mundo a João e a Jesus.

2.3 ESQUEMAS BÍBLICOS APLICADOS À MINHA CRIAÇÃO.

a) DEUS CRIANDO O HOMEM. Gên 1,1ss.

Deus me cria. Como? Recorrer ao relato bíblico... Deus me coloca no paraíso. Útero materno... Até quando? Deus fala a Adão como amigo. Toma consciência de como

Deus se te comunicava na infância. Recolhe os modos... Expulsão do paraíso. Quando se deu em mim? Como? Onde? Morte do irmão Abel. Caim seguido pela voz de Deus.

Fase do dilúvio. Corrupção do sexo. O sexo é um valor. Não o único e nem o supremo. O meu dilúvio e o meu afastamento de Deus pelas experiências sexuais precoces... Como colocá-las nos lábios de Deus, como o homem bíblico?

Fase de Babel... confusão na mente, dispersão dos povos... Confusão das línguas... Mentes... Separação dos homens. Morte a fraternidade. Minha confusão mental quando e como apareceu? O pluralismo ideológico, comportamental, religioso atual... Como falaria hoje o homem bíblico da confusão moderna e da minha?

b) AS FASES DO ÊXODO. Deus continua na história humana das migrações. O homem bíblico descobre o linguajar divino exodal. Deslocamentos geográficos que me atingem.

Êxodo de Abraão. Este é colocado na boca de Deus. A necessidade abraâmica de migrar é colocada como vontade divina. Daí surgir a riqueza dos estilos bíblicos. Até hoje Deus nos fala por Abraão. Quando, como, onde eu senti a necessidade de migrar? Na minha família houve migrantes? Migrações do Brasil, do Nordeste...

Êxodo de Jacó. Migra em busca de Raquel... Migração ao Egito por causa da fome... Para que veja a mão de Deus sobre o seu filho José. Como Deus escreve direito por linhas tortas... Minhas migrações voluntárias ou forçadas. Deus por trás...

ÊXODO DE DAVI, perseguido por Saul. Deus à vista em tudo...

ÊXODO DO FILHO DE TOBIAS em busca do primo e da esposa. Volta. Alegria dos pais...

ÊXODO DE JOSÉ, o sonhador vendido para descobrir-se o paradigma da providência divina sobre os homens...

EXÍLIOS são êxodos forçados. Cativéis, dispersão, guerras. O povo é levado para o desterro. Os sem terra. Os invasores. Os latifundiários. Os acampamentos esperando assentamentos.

c) FASE NEOTESTAMENTÁRIA. Mentalidade do homem evangélico que remete à recriação do homem do paraíso.

Geração e nascimento de Cristo. Lc 1,1-24. A minha geração e o meu nascimento narrado com mentalidade lucana. Como seria a minha geração? Intervenção divina? Como?

A geração e o nascimento de Cristo. Lc 1,26-38. Esta narração concretiza em Jesus o que Deus faz com cada um de nós. Jesus é o botão de amostra. Heb 2,13. Cristo é igual a nós em tudo menos no

pecado. No seu ser, nascer, crescer, etc., é como a minha... Recria a tua biografia na visão lucana da Encarnação. Coloca tua mãe em lugar de Maria e ouve a narração lucana sobre a tua encarnação...

Nascimento e infância de Jesus. Mt 1,1-25. Coloca-te em lugar de Jesus. Mt 2,1-25. Descobre nestas narrações os teus magos, tua estrela (astro), como, onde se deu tudo isto em você?

Vida oculta de Jesus. O que faz? A minha vida oculta? Cresci em quê? Aprende a Bíblia com Maria e os escribas do lugar. Observa a natureza para depois criar as parábolas do Reino. Dedicar-se às coisas do Pai. E eu? Como se deu isto?

A missão de Jesus na terra. A minha missão? Quem sou? Como devo agir?

Cristo é mensageiro do mundo. Eu sou mensageiro de quem? Ele inspirou quatro evangelhos. E o meu evangelho quando é que vou escrevê-lo? A minha vida não é o meu quinto evangelho?

Cristo, o profeta. E eu? Profeta de quem? Em nome de quem eu estou falando? Onde fica a minha realização profética?

Cristo possui um programa de vida. Mt 5,1ss. Qual é o meu programa? Tenho? Qual? E eu sou outro Cristo?

Cristo possui oito bem-aventuranças. E as minhas? Quais?

Cristo possui um manifesto. Quinta-feira Santa. E o meu?

Cristo criou parábolas. E as minhas?

Cristo tem um modo de falar com o Pai. E o meu?

Cristo tem um modo de tratar as pessoas. E o meu?

Cristo tem modos de tratar os marginalizados. E o meu?

— Observação: Cada pessoa pode acrescentar aspectos novos ou estimados pela pessoa e que possam ajudar na visão evangélica da biografia.

3. *CONSIDERAÇÃO FINAL.* Deste modo vemos que as personagens do AT lançam luz sobre as personagens do NT. Isso quer dizer que o modo divino de agir é sempre o mesmo ou semelhante. Especialmente os dois mistérios que encerram a nossa vida, o da entrada e o da saída, podem ficar iluminados pelo modo de ser descrita a entrada e a saída de Jesus.

Este recurso está sendo testado em pessoas religiosas que narraram a sua autobiografia. O fato de narrar a vida, certamente, ajudava às pessoas, porém era insuficiente para integrar o passado no presente. A sugestão de aplicar o recurso mirdráshico deu bons resultados. A reflexão e contemplação da própria vida se converteu num verdadeiro evangelho pessoal. A descoberta de Deus agindo na nossa vida foi um dos primeiros frutos de tal inicia-

tiva. Descobrir Deus inclusive nos aspectos considerados ruins da vida foi uma verdadeira terapia religiosa e psicológica para os que tentaram tirar do passado o máximo de proveito. E neste caso não adianta levantar hipóteses assustadoras, pois é só experimentando que se poderá descobrir o valor pedagógico dos estilos bíblicos na integração da personalidade. Tenho presente o caso

de um homem que, por este meio, conseguiu descobrir nos seus pais a presença de um Deus providente por entre os fatos duros e desumanos porque passou na sua infância. Para acreditar é só provar.

Nota: Este trabalho é complementação do artigo sobre a Autobiografia publicado em Abril de 1990 em *Convergência*. Bibliografia: Tuya, Manuel de, O. P. *Bíblia Comentada, Evangelio 2ª Ed.* BAC., Madrid, 1971, p. 52-60. □

Perguntas com boas respostas

Ainda é atual a missão entre os não-cristãos? Não estará, por acaso, substituída pelo diálogo inter-religioso? Não se deverá restringir ao empenho da promoção humana? O respeito pela consciência e pela liberdade não exclui qualquer proposta de conversão? Não é possível salvar-se em qualquer religião? Para que, pois, a missão? *Redemptoris Missio*, nº 4.

Universalidade da missão

Bíblia — “Ide, pois, ensinai a todas as nações. Eu estarei convosco todos os dias, até o fim do mundo”, Mt 28, 18-20.

Leitor — *IDE*: o mandato. “Como o Pai me enviou, também eu vos envio”, Jo 20, 21. Unidade fundamental e identidade da missão. Pluralismo das experiências nas múltiplas condições humanas. *A TODAS*: a dimensão universal da tarefa. A todas as nações. A toda criatura. A todos os povos. Até os confins. *EU ESTAREI CONVOSCO*: Ninguém está sozinho. A garantia da presença, da força, da assistência. A missão não se baseia na capacidade humana. A força de nossa evangelização está em saber relativizar a nossa própria força. É na fraqueza humana que a força de Deus manifesta todo o seu poder (2 Cor 12, 9). A perspectiva é esta: livre e plena iniciativa de Deus. Na linguagem poética e bucólica do profeta: “Saberão todas as árvores da floresta que eu sou o Senhor” (Ez 17, 22-24) (*Pe. Marcos de Lima, SDB*).

REDEMPTORIS MISSIO

A encíclica assegura a permanência da atividade especificamente missionária, focaliza dimensões novas bem positivas e afasta dúvidas e ambigüidades.

Pe. Egídio Viganó, SDB

Roma, Itália

No dia 7 de dezembro de 1990, o Papa João Paulo II publicou a encíclica *Redemptoris Missio*, a *Missão de Cristo Redentor*. Tema: *Validade permanente do mandato missionário. Relembra solenemente os 25 anos do Decreto Ad Gentes do Concílio Vaticano II. No dia 24 de fevereiro de 1991, o Pe. Egídio Viganó, Reitor-Mor (Superior Geral) dos Salesianos, enviou uma longa carta à Família Salesiana sobre esta encíclica. Aqui vão transcritos alguns parágrafos.*

É oportuno falar da atividade missionária específica? Não seria suficiente falar só de missão inerente a toda atividade eclesial?

É preciso reconhecer que, se a missão da Igreja é única, ela deve estar concretamente presente em cada uma das atividades eclesiais. Isto, porém, não comporta como consequência igualar entre si todas essas atividades. A encíclica está toda

ela voltada para afirmar que permanece como fundamental e indispensável a atividade das missões 'ad gentes'. "Torna-se necessário precaver-se do risco de nivelar situações muito diferentes e reduzir ou fazer desaparecer a missão e os missionários 'ad gentes'."

A diferença nas atividades evangelizadoras não nasce da natureza eclesial da missão, que é sempre a mesma na sua identidade fundamental, mas é provocada pelas condições existenciais dos destinatários. Estas condições dependem seja da Igreja seja também dos povos, dos grupos, dos homens aos quais a missão é dirigida. No contexto da única missão distinguem-se várias atividades evangelizadoras. Tudo é evangelização — aliás, depois do Concílio, tudo deve ser 'NOVA evangelização' — mas é necessário distinguir entre si algumas atividades com características peculiares.

O próprio Decreto 'Ad Gentes' distinguia a específica atividade missionária daquela pastoral e da ecumênica. A *Redemptoris Missio* apresenta três diferentes modalidades de atividades evangelizadoras: (1) A atividade missionária entre os povos que não conhecem Cristo. (2) O cuidado pastoral entre os fiéis cristãos. (3) A reproposta do Evangelho nos países da antiga tradição cristã atualmente secularizados.

Os limites entre as três modalidades não são claramente definidos. Certamente estas atividades não se identificam uma com a outra, nem se eliminam mutuamente como se se pudesse fechar cada uma delas numa espécie de bloco totalmente isolado. São inter-comunicantes, com uma condição, porém: a atividade especificamente missionária significa diante das outras a expressão primeira e qualificante de toda a evangelização. Sem a missão 'ad gentes', a própria dimensão missionária da Igreja ficaria sem seu significado fundamental e seu exemplo de atuação. O desinteresse por ela ou seu enfraquecimento demonstraria falta de fervor e seria sinal de crise na fé.

Na visão conciliar da única missão, distinguir a atividade especificamente missionária das outras, reforça sua identidade e consistência e repropõe o alto valor do serviço, o primeiro, que constitui o fundamento e a alma dinâmica também para as outras. Como individualizar, hoje, as características próprias das missões 'ad gentes'? A problemática não é fácil. Existem elementos que ajudam as diferentes situações; sobretu-

do ajudam a afirmar como princípio fundamental a importância de dois aspectos mutuamente interligados: todas as atividades evangelizadoras procedem da única missão da Igreja e a atividade especificamente missionária é a raiz e o estímulo primeiro das outras atividades evangelizadoras.

A encíclica profunda, de maneira articulada e elaborada, o significado da atividade missionária em sentido específico. O seu objetivo central é o de fundar comunidades cristãs "suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos". Consideram-se, portanto, também os aspectos sociais e culturais. "Trata-se de um grande e longo trabalho, onde é difícil indicar as etapas em que cessa a ação propriamente missionária para se passar à atividade pastoral".

Ao critério geográfico com que se costumava indicar as 'terras de missão', acrescenta-se um critério de ordem sociológica. Tomam-se em consideração algumas grandes transformações que caracterizam hoje o devir social: a explosão demográfica, o mundo juvenil e o do trabalho, a urbanização e as migrações, os refugiados e os exilados, etc. Considera-se também um critério próprio da cultura emergente onde aparecem alguns 'aerópagos modernos', como a vasta área da comunicação social, da promoção da mulher, da solidariedade internacional, dos compromissos pela paz, pela liberdade e a justiça, a complexa área da pesquisa

científica, etc. Pelos critérios propostos na encíclica, a atividade especificamente missionária tornou-se hoje pluriforme e flexível. Já não se pode fechá-la só na área territorial nem reduzi-la a uma visão de sabor romântico, de florestas e desertos.

As diferenças sociológicas e culturais, porém, não fazem perder as notas substanciais que caracterizam e distinguem a atividade especificamente missionária, seja da pastoral, seja da proposta evangélica aos grupos secularizados. A encíclica assegura a permanência da atividade especificamente missionária que "está ainda no início", focaliza dimensões novas bem positivas e afasta dúvidas e ambigüidades que surgiram.

Renovar-se sem se desviar

Entre as novidades que a encíclica aprecia e ressalta, encontramos três particularmente significativas: a visão conciliar do "Reino de Deus" mais ampla do que a da Igreja; o processo de personalização que aprofunda os valores da subjetividade, evitando na atividade evangelizadora o que tem sabor de proselitismo; e os novos exigentes valores do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e da urgência da inculturação do Evangelho.

O missionário é chamado a renovar-se seguindo as indicações do Vaticano II. Deve saber incorporar ao Reino, em sua atividade evangelizadora, os valores da criação. Seguir uma metodologia capaz de mover a liberdade e a consciência pessoais;

evitar os tons polêmicos e apologeticos para dar espaço a um inteligente e bem preparado diálogo inter-religioso. Não pode ficar satisfeito com uma espécie de sacramentalismo mágico. Como todas as novidades, também estas trouxeram consigo algumas ambigüidades e levantaram dúvidas até agora inéditas. A encíclica oferece uma preciosa iluminação para esclarecê-las.

O perigo de favorecer um sentido redutivo do 'Reino'

O Concílio Vaticano II apresentou uma necessária distinção entre 'Igreja' e 'Reino de Deus'. A realidade inicial do Reino pode estar também fora dos confins da Igreja, na humanidade inteira. Aliás o Povo de Deus tem a missão de coordenar e aperfeiçoar os valores evangélicos das culturas e da ordem temporal em relação ao mistério de Cristo. A Igreja, de fato, é semente e início do Reino na história.

Esta explícita visão conciliar assegura um horizonte mais amplo da atividade missionária. Alguns, interpretando mal a distinção, propuseram uma idéia secularista do Reino. Concentram a atenção nos valores humanos da ordem temporal e marginalizam a missão específica da Igreja porque é preciso evitar, afirmam, todo eclesiocentrismo. Enquanto aprofundam os valores da ordem da criação, passam por cima do mistério de Cristo Redentor, cujo esquecimento desvirtua o cristianismo. Evidenciando a riqueza da laicidade na realidade histórica das culturas con-

cluem que o que “conta são os programas e as lutas para libertação sócio-econômica, política e cultural”.

Nesta visão ideológica, marginaliza-se a atividade tipicamente missionária. O primeiro objetivo a ser alcançado não seria o anúncio de Cristo, mas o da justiça social, sobretudo entre os povos mais necessitados. É um perigo que deve ser evitado. Mas não é suficiente evitá-lo. O missionário deve saber incorporar a novidade desta visão conciliar em sua atividade de enviado de Deus. A nova evangelização empenha-se em valorizar o mistério da criação. Isto deve ser feito em plena e indispensável correlação com o mistério da redenção, focalizando a novidade do Evangelho e a necessidade histórica e teologal da cruz. “O Reino de Deus não é um conceito, uma doutrina, um programa sujeito à livre elaboração. É acima de tudo uma pessoa que tem o nome e o rosto de *Jesus de Nazaré*, imagem do Deus invisível”, é nele e através dele que a nova evangelização privilegia a dimensão social da caridade.

É o mistério de Cristo que salva e valoriza a ordem temporal. “A obra de Cristo, que consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a instauração da ordem temporal permeando-a e aperfeiçoando-a com o espírito evangélico”. Que horizontes de novidade abrem-se aqui para a atividade missionária! A reta visão do Reino não deixa para um segundo plano a atividade missionária. Uma autêntica perspectiva da realidade histórica do Reino for-

tifica e amplia os alicerces e as finalidades do compromisso missionário.

A tentação de não se comprometer na conversão e no batismo

Uma outra ambigüidade que a encíclica esclarece é a tentação de reduzir o Cristianismo a uma espécie de religião igual às outras, uma entre muitas. Quem cresceu numa cultura afastada do mistério de Cristo, mas imbuída de certa religiosidade, não deveria ser perturbado em suas crenças, mas ajudado a crescer nelas para reforçar a transcendência religiosa. Convidá-lo a se converter é proselitismo e ameaça à própria dignidade da pessoa. Assim o respeito pela liberdade e pela consciência excluiria a atividade missionária, enquanto tendencialmente orientada para a conversão. As conversões pessoais a Cristo não deveria trazer consigo como conclusão óbvia a administração do sacramento do Batismo, de modo que o batismo não seria mais necessário para a salvação. Deus o supriria com os elementos positivos das várias religiões.

A encíclica ajuda a refletir sobre a total originalidade do Cristianismo. Ele não é simplesmente uma religião, fruto da busca humana. Ele é uma fé que vem do alto mediante fatos históricos. Nenhuma religião humana é, por si mesma, portadora de salvação. Só o acontecimento-Cristo. “Ninguém vai ao Pai senão por mim”. Daí a importância missionária do primeiro anúncio. Não se pode ficar calado. Todos podem perceber, de alguma maneira, o mistério

de Cristo narrado através dos acontecimentos reais de sua vida. Não existe nenhuma estrutura cultural que impeça compreender esta boa nova. A fé concentra-se sobre a realidade histórica de Jesus Cristo. É só nele que se sabe quem é e como é Deus. É só por meio dele que existe uma saída. "Fora dele não há salvação."

E é exatamente este elemento objetivo que constitui motivo fundamental pelo qual a Igreja é, por sua natureza, missionária. A encíclica mostra como o anúncio de Cristo, respeitando sempre as consciências, é uma proposta à liberdade do homem para favorecer e aperfeiçoar sua dignidade. A atividade missionária, repensada e relançada com os critérios da eclesiologia conciliar, é chamada a renovar seus métodos, considerando o estudo da subjetividade e das características de cada cultura; deve visar a consciência e a liberdade.

Os riscos do relativismo religioso

O fato que depois do Concílio houve uma intensificação do ecumenismo entre as várias denominações cristãs e do diálogo com as outras religiões, sobretudo Budismo, Induismo e Islamismo, levou alguns a pensar que a específica atividade missionária poderia ser substituída por oportunas relações inter-religiosas.

O ecumenismo deve ser entendido e assumido em profundidade. Não deve ser identificado simplesmente com os encontros de diálogos e contatos de colaboração, mesmo que es-

tes manifestem sua natureza. Estas iniciativas podem dar frutos nalgumas regiões e não em outras. Podem além disso ter apresentado alguns defeitos. O ecumenismo comporta uma mudança pessoal de mentalidade, uma atitude de busca da verdade, inerente à própria natureza da nova evangelização. Exige uma formação adequada de todos, também nos missionários, para aprofundar e repensar o evangelho com uma mentalidade de compreensão das outras igrejas, na consciência da própria identidade católica. Uma semelhante formação enriquecerá o modo de realizar a atividade missionária, valorizando as riquezas comuns do Batismo e da Escritura.

Quanto ao diálogo com outras religiões, afirma a encíclica que "elas constituem um desafio positivo para a Igreja. Estimulam-na efetivamente a descobrir e a reconhecer os sinais da presença de Cristo e da ação do Espírito, a aprofundar a própria identidade e a testemunhar a integridade da revelação da qual é depositária para o bem de todos". Não é fácil ter esta mentalidade mas ela é parte constitutiva da renovada atividade missionária da Igreja.

A atitude ecumênica e inter-religiosa tem diante de si longos e difíceis caminhos a serem percorridos. João Paulo II, porém encoraja os missionários a perseverar com fé e caridade em seu testemunho cotidiano, conscientes de que "o diálogo é um caminho que conduz ao Reino e seguramente dará frutos, mesmo se os momentos estão reservados para o Pai". □



Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / Cinelândia / Tel.: (021) 240-7299
20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
julho/agosto de 1991

As palavras sofrem mudanças em sua significação, no decorrer do tempo e do espaço. É uma observação, à primeira vista, óbvia, naturalmente percebida, quase um segredo aberto e, por isso, todos deveriam ver. A semântica, parte da filologia, é a ciência que trata destas translações. Em **Convergência**, Você encontra, com freqüência, a palavra **MISSÃO**. Tem ela sempre a mesma significação? Uma significação unívoca, ou seja, comporta uma só forma de entendimento? Ou a semântica teológica registra mudanças relevantes provenientes da experiência e da consciência eclesial?

Num **contexto histórico**, pré e pós-conciliar também, primordialmente, **MISSÃO** significou e significa difusão da fé e implantação de novas igrejas em territórios cuja população não recebeu ainda o anúncio do Evangelho. É a atuação eclesial 'ad gentes'. Implica deslocamento espacial, inacessível a todos e implica, outrossim, um transplante de igreja. O encontro com não-cristãos é o seu constitutivo. Conceituação correta e, ao mesmo tempo, restritiva e funcional. Assim, é claro, nem todos podem ser missionários. Esta aceção prevaleceu nos documentos e na vida da Igreja, durante quatro ou cinco séculos.

João Paulo II escreve na *Redemptoris Missio*, nº 31: "Antes de tudo, está a ação missionária denominada missão 'ad gentes'. Trata-se de uma **atividade primária** e essencial da Igreja, jamais concluída. A Igreja não pode eximir-se da missão permanente de levar o Evangelho a quantos — e são milhões e milhões de homens e mulheres — ainda não conhecem Cristo, Redentor do homem. Esta é a tarefa mais especificamente missionária que Jesus Cristo confiou e continua cotidianamente a confiar à sua Igreja".

Do **ponto-de-vista bíblico-teológico**, um significado mais radical vem sendo restabelecido e se torna sempre mais presente, em nossos dias pós-conciliares, ou seja, **MISSÃO** como 'irradiação universal e multiforme da gratuidade do DOM que Deus faz de si mesmo à humanidade, em e por Jesus Cristo'. JESUS é o núcleo, a medula, o cerne, a referência, o centro, a inspiração e a força. É ele quem abre perspectivas e aponta rumos. Sua **MISSÃO** — manifestar em plenitude à humanidade o seu Deus —, ele a partilha conosco. No-la confia. Pelo dom e pela força de seu Espírito somos credenciados para ela.

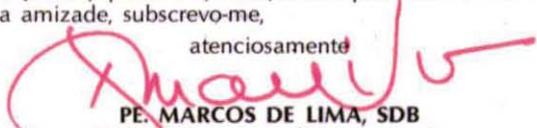
— Tendo Deus falado aos nossos pais, outrora,... falou-nos AGORA, nestes últimos tempos, pelo FILHO (Heb 1, 1-2). Nesta Palavra definitiva e completa da sua revelação, Deus deu-se a conhecer de modo pleno. Ele disse à humanidade quem é. Esta auto-revelação definitiva de Deus é o motivo fundamental pelo qual a Igreja é, por sua natureza, missionária. Não pode deixar de proclamar o Evangelho, ou seja, a plenitude da verdade que Deus nos deu a conhecer de si mesmo. Os homens só poderão entrar em comunhão com Deus através de Cristo e sob a ação do Espírito, *Redemptoris Missio*, nº 5.

Numa **visão panorâmica, integrada e operacional**, a **MISSÃO**, seja no contexto histórico, seja do ponto-de-vista bíblico-teológico, em força do batismo e como dom da fé, é confiada a todos na Igreja. **Ser MISSIONÁRIO** é a vocação de todo aquele que é batizado, chamado a viver e atuar, na limitação de sua relatividade, a mesma **MISSÃO** absoluta e sem limites de Jesus Cristo: revelar, de forma final e acabada, quem e como é Deus. Só por Cristo é possível a experiência de Deus de cada um. Esta vocação missionária de todo batizado — religioso(a) ou não — aproxima os povos, enriquece as culturas, reafirma a catolicidade da Igreja. É a raiz mesma do plano de Deus: **salvar sempre em Jesus e por Jesus**, libertando de tudo o que restringe, coarcta, limita e oprime a pessoa.

Um convite: Pegue sua **CONVERGÊNCIA** de março de 1990. Releia, às páginas 118-128, o artigo 'Missão é Vida Religiosa' do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ. Esta carta está calcada neste trabalho. Releia. Quando lemos, somos impelidos pela curiosidade. Relendo, somos guiados pela reflexão no desejo de viver. Ler é encontrar-se com a floresta em seu conjunto. Rer é encantar-se com as árvores em sua individualidade.

DEUS, que é sempre **PAI**, lhe dê aquela **PAZ** que é plenitude de bens (materiais), plenitude de bênçãos (espirituais) e plenitude de bem-estar (saúde) que só Ele, Deus, sabe e pode dar e Você tanto merece. Com renovada estima e fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente


PE. MARCOS DE LIMA, SDB

Redator Responsável/Convergência